

**UNIVERSDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE**

DIEGO RAIAN AGUIAR PINTO

**A EDUCAÇÃO, O POVO E AS PRÁTICAS CULTURAIS SERTANEJAS NOS
ESCRITOS DE JOÃO GUMES. ALTO SERTÃO DA BAHIA, 1880 – 1930**

**CAETITÉ
2020**

DIEGO RAIAN AGUIAR PINTO

**A EDUCAÇÃO, O POVO E AS PRÁTICAS CULTURAIS SERTANEJAS NOS
ESCRITOS DE JOÃO GUMES. ALTO SERTÃO DA BAHIA, 1880 – 1930**

Dissertação apresentada em cumprimento às exigências para obtenção de título de mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da professora doutora Maria Lúcia Porto Silva Nogueira.

**CAETITÉ
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da
UNEB Dados fornecidos pelo
autor

P659a

Pinto, Diego Raian Aguiar

A educação, o povo e as práticas culturais sertanejas nos escritos de João Gumes. Alto Sertão da Bahia, 1880-1930 / Diego Raian Aguiar Pinto. _ Caetitê, 2020.

89 fls : il.

Orientador(a): Dra. Maria Lúcia Porto Silva Nogueira.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Programa de

Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS.

CDD: 981



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Acreditação Decreto nº 9227/98, 000/1983/98. Reconhecimento Portaria 105/98, 000/1998-98

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE



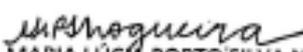
FOLHA DE APROVAÇÃO

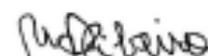
"A EDUCAÇÃO, O POVO E AS PRÁTICAS CULTURAIS SERTANEJAS NOS ESCRITOS DE JOÃO GUMES,
ALTO SERTÃO DA BAHIA, 1880 – 1930"

DIEGO RAJAN AGUIAR PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE – PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 30 de novembro de 2020, com nota 10,0 (dez).


Profa. Dra. MARIA LÚCIA PORTO SILVA NOGUEIRA
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em História Social
Universidade do Estado de São Paulo


Profa. Dra. MARCIA CRISTINA LACERDA RIBEIRO
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em História Econômica
Universidade de São Paulo


Prof. Dr. CLÁUDIO PINTO NUNES
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Doutorado em Educação
Universidade Federal Do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

O percurso é determinante para a chegada ao destino. Excessivamente complexo e repleto de adversidades, meu caminhar transformou-me em quem sou hoje, alguém que considero resiliente e pronto para encarar novos desafios.

Não romantizarei as dificuldades do meu caminhar. Foi extremamente difícil e desafiador concluir esse ciclo, por isso, agradeço, sobretudo, as energias imateriais do universo, responsáveis por me dar forças que eu acreditei que não mais teria - os desafios diários me fazem crer que o mundo não é só material. Obrigado, Deus (es).

Viver é interessante: pessoas, processos e coisas surgem em sua vida e, por vezes, garantem a sua sustentação e o seu ir além. O meu ir além é, principalmente, fruto da minha sociabilidade com os esses três conceitos.

Aos familiares e amigos, minha eterna gratidão. Vocês me fazem resistir e (sobre) viver. Sou o que sou por meus contatos com vocês. Obrigado pelo amor, carinho, churrascos, cervejas e conversas que me faziam deixar um pouco de lado as teorias e as metodologias. Vocês me recarregam constantemente. Obrigado, sobretudo, mãe, pai, irmãos e namorada - todo meu amor por vocês é ainda muito pouco.

Aos processos, destaco as complexas redes do conhecimento. Conhecer é mágico. Produzir conhecimento é o meu ideal de vida. Espero poder envelhecer lendo e escrevendo bons livros. Que a ciência domine toda a nossa existência e nos afaste da ignorância!

As coisas são fundamentais para a superação dos caminhos. Agradeço as refeições, os líquidos, as vestimentas e, principalmente, meu carro, responsável por me guiar até Caetité para as aulas do mestrado e resistente ao tempo e as condições climáticas de um sertão nem tanto acolhedor.

Agradeço a minha orientadora, professora Lúcia, por me acolher há um bom tempo, fornecendo dicas de grande valor e me incentivando a ser cada dia mais profundo.

Por fim, agradeço por ser quem sou e por quem eu quero me tornar. Sem falsas modéstias e complexos de inferioridade, sei que sou bom no que faço e

sei que me tornarei ainda melhor. Se a minha materialidade não se diluir nos caminhos da existência, ganharei o mundo. Obrigado!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as representações feitas por João Gumes sobre a educação, a cultura e a sociedade do Alto Sertão da Bahia na passagem do século XIX para o século XX. Tais análises se utilizaram, principalmente, dos editoriais do jornal *A Penna* e das literaturas *Os Analphabetos* (2014), *Vida Campestre* (1926), *Pelo Sertão* (1927), *Os Sampauleiros* (2018), obras do escritor JG de grande valor acadêmico e social. As contribuições deixadas por Gumes são fundamentais para qualquer estudo que objetive discutir os processos históricos que marcaram os Sertões da Bahia, aqui entendido como espaço de múltiplas sociabilidades e de grande importância para a construção da Bahia e do Brasil. Por entender tais contribuições como fontes históricas significativas para o entendimento da sociedade baiana e brasileira, este estudo transformou a obra de João Gumes em um produto didático, com possibilidades de aplicação no ensino de história das escolas básicas do município de Caetité, Bahia. Faz-se necessário aproximar a história das realidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, por isso as produções de Gumes são aqui entendidas como ferramentas para a satisfação dessas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE: Alto Sertão da Bahia. Educação. Formação da raça. Práticas culturais. João Gumes.

ABSTRACT:

This dissertation aims to analyze the representations made by João Gumes about education, culture and society in the Alto Sertão da Bahia in the transition from the 19th to the 20th century. Such analyzes used the editorials of the newspaper A Penna and in the literatures Os Analphabetos (2014), Vida Campestre (1926), Pelo Sertão (1927), Os Sampauleiros (2018), works by the writer JG of great academic and social value. The contributions left by Gumes are fundamental for any study that aims to discuss the historical processes that marked the Sertões da Bahia, here understood as a space of multiple sociability and of great importance for the construction of Bahia and Brazil. By understanding these contributions as significant historical sources for the understanding of Bahian and Brazilian society, this study transformed the work of João Gumes into a didactic product, with possibilities of application in the history teaching of basic schools in the municipality of Caetité, Bahia. It is necessary to bring the history closer to the realities of the subjects involved in the educational process, which is why Gumes' productions are understood here as tools to satisfy these needs.

KEYWORDS: Alto Sertão da Bahia. Education. Race formation. Cultural practices. João Gumes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa do Alto Sertão da Bahia	14
Figura 02: Letra e partitura do “Hymno Escolar” cantado nas escolas de Caetité, no início do século XX. Composição de Alfredo Costa	19
Figura 03: Edição de 04 de fevereiro de 1926, contendo um artigo sobre a implementação da Escola Normal em Caetité e um folhetim do romance <i>Os Analphabetos</i>	33
Figura 04: Instituto de Educação Anísio Teixeira, 2019	35
Figura 05: Viajantes sertanejos, autor desconhecido, s.d	44
Figura 06: Migração Rural Para As Grandes Cidades, Sebastião Salgado, 1997	47
Figura 07: Morro do Pajahú, 'Baixio', Monte Alto, autor desconhecido, s.d	58
Figura 08: Jornal A Penna, 02 de setembro de 1926. Parte inicial da folha 03	71
Figura 09: Jornal A Penna, 02 de setembro de 1926. Parte Final da folha 03	72
Figura 10: Escritura pública registada pelo Bispo de Caetité, Dom Manoel, contra João Gumes, 25 de outubro de 1918. Folha 01	73
Figura 11: Escritura pública registada pelo Bispo de Caetité, Dom Manoel, contra João Gumes, 25 de outubro de 1918. Folha 02	74
Figura 12: Jornal A Penna, 20 de novembro de 1901. Parte Final da folha 02. Seção Pelo Mundo	78

Figura 13: Jornal A Penna, 19 de novembro de 1925. Folha 01	80
--	-----------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. “EM PROCURA DA LUZ DO SABER”: OS IDEAIS EDUCACIONAIS DE JOÃO GUMES	19
2.1. A saga de Zezinho rumo a alfabetização: o manifesto de Gumes em favor da educação em <i>Os Analfabetos</i>	23
2.2. O Brasil República e a educação	26
2.3. A materialização do ensino secundário no Sertão: a chegada da Escola Normal em Caetité	31
2.4. O fim da República Velha e a ascensão da Escola Nova	36
3. O HOMEM E O MEIO: A FORMAÇÃO DA RAÇA E A RESISTÊNCIA SERTANEJA EM JOÃO GUMES	38
3.1. O Sertão e a resistência sertaneja	40
3.2. A formação da “raça brasileira”	48
4. VIDA CAMPESTRE: PRATICAS CULTURAIS DO POVO SERTANEJO	58
4.1. O trabalho e a cultura alimentar	59
4.2. Entre o sagrado e o profano: a religião e as festividades no Alto Sertão da Bahia	63
5. JOÃO GUMES E O ENSINO DE HISTÓRIA	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	81
7. LISTA DE FONTES	83
8. REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A apresentação do cidadão sertanejo João Antônio dos Santos Gumes (doravante JG) parece não mais se fazer necessária se levarmos em conta a quantidade de produções que o tem como objeto principal de estudo. Gumes já foi apresentado de várias maneiras, a partir de diferentes visões. O literato, o jornalista, o escritor-cidadão, o intendente da câmara municipal, o intelectual, o modernizador, o conservador e tantas outras funções já foram atribuídas a esse personagem fundamental para a compreensão dos contextos históricos que envolvem Caetité, a Bahia e o Brasil na passagem do século XIX para o século XX¹.

Porém, antes de qualquer ofício ser relacionado a João Gumes, faz-se necessário dar-lhe a alcunha de sonhador. Esse cidadão, oriundo dos rincões da Bahia, sonhou em mudar os paradigmas do seu espaço e de seu povo. Sonhou, inicialmente, em ter uma formação para as letras, privilégio no Brasil recém-republicano. Futuramente, a concretização desse sonho traria para Gumes a oportunidade de lutar por modificações estruturais no Sertão.

Sadi Gumes, filho do personagem principal dessa produção, na escrita da biografia do seu pai escreve que “João Gumes foi feito para as letras” e complementa dizendo que as letras deram a ele a possibilidade de “pôr em ação o seu sonho domado”. Os instrumentos de repressão para alguém que tinha as letras como objetivo de vida eram inúmeros no Sertão. A não alfabetização do

¹ Estudos sobre essa região e com ligações temáticas com a pesquisa aqui desenvolvida contribuíram de forma significativa para a fundamentação teórica e metodológica deste estudo, para reconstituição do contexto social da região e para delimitação dessa temática. Teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos etc. foram analisados e, de forma direta ou indireta, ajudaram na construção dessa pesquisa. Entre os autores analisados, destacamos Paulo Henrique Duque Santos (2012), responsável por ler os sertões como espaço de múltiplas sociabilidades e de intenso fervor econômico, Lielva Azevedo de Aguiar (2011) e o seu estudo sobre a política sertaneja, Joseni Pereira Meira Reis (2010), estudiosa da vida e obra de João Gumes, Maria de Fátima Novaes Pires (2011), responsável por definir João Gumes como um escritor-cidadão e por colocar a obra do autor em um mesmo nível intelectual de grandes clássicos da literatura brasileira, Maria Lúcia Porto Silva Nogueira (2010) também estudiosa da obra de J.G, com foco nas representações de gênero feitas por ele, Helena Lima Santos (1995) e Pedro Celestino da Silva (1927), autores que viram a necessidade de analisar os múltiplos contextos existentes dentro de um território que por muito tempo foi excluído do produzir historiográfico, e entre outros. Tais estudiosos contribuíram grandiosamente para a construção desse estudo e, por isso, meus sinceros agradecimentos ficam aqui registrados. O estudo aqui construído se utiliza dos autores acima citados, porém vai além, pois objetiva utilizar a vida e obra de João Gumes para a análise de contextos e conceitos ainda não explorados, fornecendo, ainda, um material didático para a utilização dos escritos de João Gumes no ensino de história.

povo brasileiro, em especial nos espaços interioranos do Brasil, fazia com que a escrita e a leitura fossem desvalorizadas e rejeitadas. Ler e escrever era privilégio para as classes mais altas da sociedade brasileira, estas ainda ligadas a origem ibérica colonial. Não existe forma mais eficiente para um escritor que o analfabetismo dos seus possíveis leitores.

A resistência é característica do Sertão e do sertanejo e, talvez por isso, Gumes resistiu às adversidades presentes em seu cotidiano. De formação praticamente autodidata, esse intelectual pendeu para as letras logo cedo, talvez por ser filho de um professor, este que tinha nome homônimo ao seu. Por influência e/ou necessidade, Gumes tornou-se também professor aos 18 anos de idade. O Capitão Bernardo Pereira Pinto o contratou para lecionar as primeiras letras para os filhos. Partiu em 1876 para fazenda Lagoa do Morro, onde permaneceu por quatro anos se dedicando à profissão e ao estudo de francês. Estudar francês forneceu a Gumes a possibilidade de uma formação vanguardista, revolucionária e positivista, algo de grande relevância para o entendimento do ideário de autor.

Muito por conta do estudo dos franceses, o ideal de JG é permeado por um pragmatismo, seja na política, na economia e na cultura; o positivismo, corrente filosófica inaugurada por August Comte (1798 – 1857), acreditava que a evolução do processo científico encaminharia a sociedade para o extremo progresso, substituindo gradativamente os estados teológico e metafísico. Para o progresso, fazia-se necessário o investimento em educação, ideia pragmática extremamente comum na contemporaneidade que foi assumida por JG em todas as suas produções. A educação do povo virou o lema de vida do escritor.

Findado esse período, João Gumes migrou para a fazenda Barriguda, no baixo de Monte Alto, fixando residência por mais quatro anos. Ali, preparava-se para casar, o que aconteceu em junho de 1884, com Antônia Dulcina Pinto Gumes, com quem teve 16 filhos. Depois disso, mudou-se para a cidade de Caetité, local de contexto da sua maturidade enquanto homem, escritor e jornalista.

A partir de então, o sonho de Gumes começou a se materializar. Trabalhou por muitos anos em pequenos cargos municipais na cidade de Caetité, interior da Bahia. Foi Escrivão da Coletoria Estadual e Secretário de Intendência Municipal, ofícios que proporcionaram ao escritor a visualização de uma falta:

um mecanismo de impressão, já que o município gastava uma quantidade considerável de dinheiro para adquirir impressos na cidade de Salvador, capital da Bahia. Começava a tomar forma o João Gumes escritor, jornalista e proprietário de um jornal.

JG, então, encomendou a vinda de uma modesta tipografia da cidade de Salvador, mesmo sem muito conhecimento sobre impressões. Depois de organizar os tipos e a prensa, o iniciante jornalista fez o seu primeiro impresso, o que tão logo proporcionaria a impressão do primeiro jornal, em 1896, O *Caeteteense*, que comemoraria a chegada em Caetité do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, governador da Bahia e renomado médico. Segundo Sadi Gumes (1970) a partir dali,

[...] a semente prosperou, avultou, mas a tipografia era incipiente, não correspondia com o anseio de coisa avultada. Assim, o Gumes alienou um seu próprio e com o dinheiro afirmado comprou uma máquina pedal e mais tipos. Foi nessa quadra, em 5 de março de 1898, que se editou seu câro jornalzinho *A Penna* que marcou época na freguesia de Caetité.²

É no mês de março de 1898, com o primeiro impresso do jornal *A Penna*, que JG ganha notoriedade social e cultural em seu meio. O *A Penna* foi um periódico de publicação constante, publicado semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente. Para Sadi Gumes, “*A Penna* é um jornalzinho simpático que teve sempre por programa trabalhar em favor do alto Sertão, pela sua prosperidade e civilização.”³. Enquanto marco histórico, o jornal em questão foi um dos primeiros periódicos existentes nos Sertões baianos, o que concede a ele importante lugar de representação dos processos políticos, econômicos e culturais dessa região.

Ao citar o intelectual francês Victor Hugo, na edição do *A Penna* de 10 de maio de 1912, JG demonstra os seus ideais enquanto criador de um jornal: “O jornal é um posto de honra e de combate e cada jornalista deve ser um sentinela”. JG, sem dúvidas, foi um combatente ferrenho do atraso que teimava em assolar os territórios nordestinos. Como jornalista, intitulou-se como o átomo invisível que lutaria até o fim de suas forças para modernizar os Sertões. A modéstia do

² GUMES, 1970, p. 01. Dados extraídos da biografia de João Gumes, escrito por Sadi Gumes no ano de 1970. Documento encontrado no Arquivo Municipal de Caetité.

³ GUMES, **Pelo Sertão**, 1927, p.01

escritor ao se colocar como uma micropartícula de toda uma teia social não representa todos os anos de luta em favor da melhoria do espaço dos seus iguais, sujeitos invisibilizados desde o processo colonial do Brasil.

Entre os anos de 1903 e 1904, parte das atividades do jornal *A Penna* foi paralisada. A publicação de um jornal em solos tão distantes dos grandes centros urbanos era demasiadamente complicada, principalmente por conta da falta de leitores, tão raros no princípio do século XX; além disso, todo material para produção do jornal era muito custoso, já que eram importados da capital baiana e custeados em sua totalidade por João Gumes. Nesse período, dois jornais – *Lápis* e *A Filhinha* – substituíram o *A Penna*. De publicação menos periódica, os dois jornais mantiveram aceso o sonho de JG, sendo o primeiro um manifesto a favor de uma educação geral e inclusiva e o segundo um jornal dedicado aos problemas enfrentados pelo sexo feminino.

No dia 05 de abril de 1910, em comemoração ao centenário da instalação da vila de Caetité, JG, depois de ter reunido inúmeros esforços, retoma a publicação do jornal *A Penna*. O posto de sentinela da sociedade é retomado pelo jornalista, agora com mais força, o que resultou em publicações mais volumosas e constantes. O sonho de JG em ter um periódico de publicação regular durou até sua morte, no dia 29 de abril de 1930, causado por um “choque aprofilético”, segundo seu filho Sadi Gumes (1970).

O pendor de João Gumes para as letras não se resumiu a publicação de jornais, ele foi literato e ensaísta e, ao longo da vida, publicou interessantes produções de variados temas, porém se mantendo firme na função de lutar contra os problemas enfrentados pelo Sertão e pelo sertanejo. Nessa perspectiva, vale destacar as quatro produções literárias de Gumes: *Os Analphabetos* (2014), *Vida Campestre* (1926), *Pelo Sertão* (1927) e *O Sampauleiro* (2018). Nessa pesquisa, a obra literária de JG será colocada em análise de modo a relacioná-la ao periódico *A Penna*, visualizando as representações que o autor desenvolveu sobre o Sertão, a Bahia, o Brasil e o mundo.

O livro *Os Analphabetos* consiste em um romance-protesto que contém fortes críticas à ausência do apoio governamental ao processo educacional; a persistência do analfabetismo no Brasil já republicano incomodava JG, principalmente por considerar que o atraso vigente nos Sertões era totalmente

ligado à falta de escolarização. *Vida Campestre* e *Pelo Sertão* são relatos dos costumes encontrados nos Sertões baianos, nos quais o autor descreve as relações sociais e os aspectos culturais encontrados no Alto Sertão da Bahia. Por fim, *O Sampauleiro* descreve a prática nociva da migração dos nordestinos para o sul do país, fato que, segundo o autor, prejudicava grandiosamente o desenvolvimento do sertanejo.

No campo do teatro, JG produziu três peças teatrais: *A Abolição*, *Intriga Doméstica* e *Sorte Grande*. O teor de crítica social aqui também é mantido, principalmente na primeira produção, na qual o autor se posiciona duramente contra o processo de escravização do africano. Sadi Gumes fez pequenos resumos sobre essas produções:

A Abolição - drama emocionante que põe ao vivo o modo do negociante de negros e suas consequências. *Intriga Doméstica* - engraçada comédia onde sobressai o caráter da espôsa macriada e mandona. *Sorte grande* - comédia vasada no interesse do moço que busca dote⁴(GUMES, 1970, p.02).

O nordeste brasileiro possui uma área de 1.554.291,744 km², segundo o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE). A imensidão desse território nos obriga a delimitar o espaço de atuação de João Gumes, uma vez que apenas a expressão “Sertão” não nos fornece muitas informações sobre a circularidade das produções do autor. Citada anteriormente, a expressão Alto Sertão da Bahia permite especificar com maior precisão o lugar de circularidade dos jornais e da literatura de JG.

⁴ Dados extraídos da biografia de João Gumes, escrito por Sadi Gumes no ano de 1970. Documento encontrado no Arquivo Municipal de Caetité. (GUMES, 1970, p. 02).

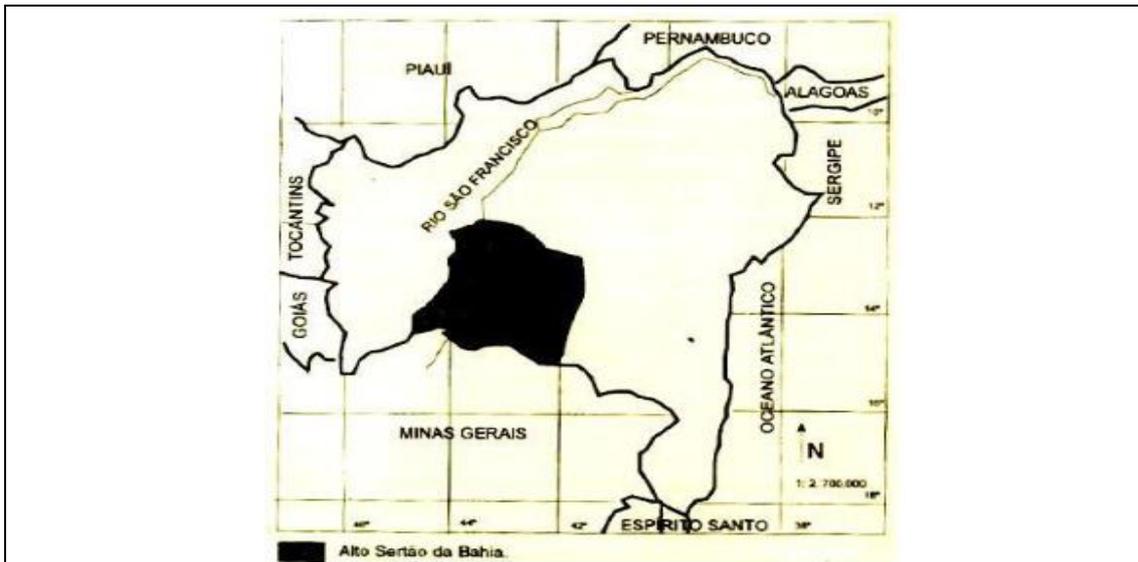


Figura 01: Mapa do Alto Sertão da Bahia.

Fonte: ESTRELA, 2003, p. 38

O próprio João Gumes faz a definição do Alto Sertão:

É chamado Alto Sertão da Bahia o vastíssimo território das catingas, carrascos, chapadas, charnecas, pseudomattos, que não é vestido de uniformes e pujantes florestas a que dá-se entre nós o nome de Mattas. Ahi, quer no espaço, são os contrastes mais vivos e surpreendentes e uma variedade infinita de altitudes e aspectos confundem e deslumbram.⁵

Em uma definição mais atual e próxima da geografia contemporânea, Neves (1999, p. 119) traz também uma definição desse espaço:

O Alto Sertão da Bahia, área angulada pelos rios São Francisco e seu afluente Verde Grande, que atualmente constitui partes das regiões econômicas do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina [...]. O processo de povoamento e ocupação econômica dessa região, onde os pioneiros se instalaram em tempos pretéritos, iniciou com fazendas de gado de Antônio de Guedes Brito, pecuária com trabalho escravo, contrariamente ao que informa a historiografia tradicional.

O Alto Sertão da Bahia se consolidou como um espaço dinâmico, de política, cultura e economia ativas, diferentemente do que se popularizou sobre os Sertões nordestinos. As novas concepções históricas, inauguradas sobretudo

⁵ A Penna, Ano II, n 40, p. 02, 18 de julho de 1913.

com o advento da Escola dos Annales, afirmam que as múltiplas experiências sociais desenvolvidas pelos sujeitos comumente invisibilizados da história possuem relevância para o entendimento dos contextos históricos que constroem e reconstróem o mundo.

As experiências dos seres sociais constituem importantes materialidades para a compreensão do cotidiano que os circunda, principalmente se levarmos em conta que a historiografia do social possibilitou a abertura da história para temas que antes não eram estudados. Pesquisar sobre os sertões, por exemplo, não era interessante, uma vez que apenas a história dos grandes centros era tida como relevante e digna de análises. Nesse ponto, cabe destaque às teorias de Edward Palmer Thompson e suas análises sobre as experiências do sujeito:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (Thompson, 1981, p. 17).

Entender as modificações estruturais da história pressupõe a consideração do sujeito responsável pela mudança e da matéria que foi modificada. Aristóteles (2002), em sua teoria das quatro causas, é assertivo ao considerar que toda matéria passa por uma transformação que envolve quatro causas – formal, material, eficiente e final. Considerar quatro estágios de modificação da matéria é considerar que a transformação possui diferentes vias, desde aquela responsável pela transformação até aquela que constitui o objetivo final da transformação. Thompson (1991) corrobora com esse pensamento ao afirmar que “a madeira impõe suas propriedades e sua ‘lógica’ ao marceneiro, tal como este impõe suas ferramentas, suas habilidades e sua concepção ideal de mesas à madeira”.

O considerar da experiência de “sujeitos comuns” da história permite, por exemplo, analisar o agricultor Pedro Nunes, o caminhante Zezinho e o professor Serafim, personagens dos livros de João Gumes e representantes de diversas experiências do povo sertanejo. Justamente por isso as produções de JG são de suma importância para a compreensão das modificações e dos processos históricos que colocam o Alto Sertão como participante da formação sociocultural da Bahia e do Brasil.

Na produção aqui constituída, os ideais de João Gumes foram analisados em uma perspectiva crítica, de modo a relacionar os escritos do jornal *A Penna* às literaturas e a outros documentos. Para isso, utilizamos abordagens teóricas que tratam sobre uso da literatura e do jornal para a escrita histórica. O trato com as fontes documentais forneceu o aporte necessário para a reconstrução dos contextos que envolveram o Alto Sertão da Bahia na passagem do século XIX para o século XX.

Três principais eixos temáticos dominarão a presente pesquisa: a educação, a cultura e a sociedade sertaneja serão analisadas a partir do ideário de JG, buscando a compreensão do autor a respeito dos temas. A análise das três perspectivas permite o entendimento da construção e do desenvolvimento do espaço analisado, uma vez que elas fornecem grande abrangência conceitual. A estruturação das fontes realizada por essa pesquisa possibilita afirmar que esses três temas apresentam certa regularidade nas produções de JG.

Outro fator relevante para a escolha das temáticas analisadas durante essa produção é a relação estabelecida com a área de abrangência do Programa de Pós-Graduação em que ela foi submetida. O Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), tem como dois dos seus objetivos a compreensão do espaço sertanejo em que ele funciona, interior sudoeste da Bahia, e o fornecimento de novas abordagens educacionais que visam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Esse estudo foi dividido em quatro capítulos. Logo no primeiro capítulo, as concepções educacionais de João Gumes foram analisadas e, posteriormente, relacionadas aos paradigmas educacionais do princípio do século XX, permeados pelo republicanismo já vigente enquanto forma de governo e ideologia. As campanhas de alfabetização propostas por JG faziam parte de todo um contexto histórico que envolvia a tentativa de democratização das escolas, ainda permeadas pelo ideal colonial. A criação das escolas estaduais primárias e das escolas normais, representantes do plano educacional da República Velha, foram problematizadas e confrontadas com a visão positivista e pragmática de JG a respeito da educação. A educação deveria ter como principais objetivos a formação de valores e a alfabetização da massa.

Para tanto, utilizamos como referencial teórico autores que analisam a história da educação brasileira e as ideologias dominantes no processo educacional, a exemplo de Saviani (2001; 2007). As obras de JG fornecem registros da aplicabilidade das políticas educacionais na Bahia e, principalmente, no Sertão; nessa perspectiva, a obra *Os Analfabetos* e os artigos do jornal *A Penna* permitem o entendimento do autor a respeito dessa temática e dos contextos históricos relacionados à educação no espaço sertanejo.

No segundo capítulo, foram analisadas as relações entre o homem sertanejo e o seu meio, com foco nas discussões sobre a resistência sertaneja em um espaço historicamente desprivilegiado; o homem do Sertão precisou se adaptar as condições do seu meio para sobreviver e para produzir a sua cultura. Além disso, é também no capítulo dois que as discussões de João Gumes sobre a formação racial do Brasil são colocadas a público. Nesse ponto, os dois principais episódios históricos do século XIX foram problematizados por meio dos escritos de JG, a abolição da escravidão e a proclamação da república, eventos que marcam a entrada da contemporaneidade no solo brasileiro.

Os reflexos abolicionistas e republicanos no Alto Sertão da Bahia foram analisados por JG, sempre preocupado com a modernização e progresso da nação. Os ideais do jornalista, por vezes, caíram na generalidade do discurso progressista, o que provocou a constante visualização de princípios controversos nas folhas do jornal *A Penna*, como a necessidade de higienização social da cidade de Caetité e o sua crença na existência de uma hierarquia racial.

O terceiro capítulo é um estudo sobre os diferentes aspectos culturais e sociais do Alto Sertão da Bahia. Discussões sobre as práticas costumeiras do povo sertanejo, como o folclore, a religiosidade, o linguajar e as festividades foram feitas por meio das inúmeras representações sertanejas realizadas por João Gumes ao longo de suas obras. O amor do autor por sua região é sempre colocado em seus escritos e, por isso, este capítulo, é também uma descrição das representações afetuosas realizadas sobre o Alto Sertão da Bahia.

Por fim, no quarto capítulo, cumprindo com as obrigações legais de um mestrado profissional, esse estudo apresenta uma proposta para o ensino de história nas escolas do ensino médio da cidade de Caetité, Bahia. Utilizamos a história local como base do nosso produto, empregando-a como mecanismo para a melhoria do ensino de história no ensino médio da rede municipal de

Caetité, de modo a fornecer uma ferramenta para o trato da história local dentro da sala de aula, com foco na aproximação do aluno do ensino de história e na construção de uma identificação dos sujeitos envolvidos no processo educacional com as redes de sociabilidades sertanejas.

Para elaboração do produto final, realizamos a seleção de alguns artigos do jornal *A Penna* que versam sobre alguns eventos e contextos históricos que marcaram a Bahia, o Brasil e o mundo. Esses artigos serão disponibilizados para as escolas em formato de CD/rom, acompanhado de um rico material de apresentação do escritor João Gumes e de sua obra. O professor de história poderá consultar esse material para aprender e ensinar sobre João Gumes nas aulas de história, buscando a aproximação da história tradicional da histórica local. Os escritos selecionados conterão indicações de conteúdos que podem ser relacionados durante as aulas de história. Uma reportagem de JG sobre a seca, por exemplo, pode ser relacionado a colonização e o povoamento do Nordeste, marcado, principalmente, pela falta de políticas públicas que contornassem essas condições geográficas.

Por fim, destacamos que esse estudo visa contribuir para a constituição histórica do espaço sertanejo conhecido como Alto Sertão da Bahia, invisibilizado por muitos anos por estar longe dos grandes centros urbanos. Além disso, ele também tem como objetivo fornecer para a educação básica da cidade de Caetité um novo mecanismo para o ensino de história, geralmente, compreendido pelos alunos como algo distante das suas realidades. As produções do sonhador, jornalista e literato João Gumes serviram de aporte para construção desse estudo de relevância social e acadêmica.

2. “EM PROCURA DA LUZ DO SABER”: OS IDEAIS EDUCACIONAIS DE JOÃO GUMES

“Não há nada que mais nobilite/ A criança que quer aprender/ Do que a luta diária, constante/ Em procura da luz do Saber”⁶. No ano de 1901, João Gumes dedica uma parte do seu jornal para exposição da letra de uma música cantada no ambiente escolar da cidade de Caetité, no princípio do século XX. A letra da música é impressa no *A Penna* por representar os ideais do seu autor desde o primeiro verso: a educação edifica, enobrece, exalta, engradece e condecora o sujeito que quer aprender.

The image shows a page from a newspaper or journal, featuring a musical score and lyrics for a hymn titled "HYMNO ESCOLAR". The score is written on a grand staff with a treble clef and a key signature of one flat (B-flat). The lyrics are in Portuguese and are printed below the musical notation. The text is arranged in two columns, with the lyrics on the left and the musical notation on the right. The lyrics are: "Quem quer saber o que há de aprender / Do que a luta diária, constante / Em procura da luz do saber. / Companheiros, etc. / Elevemos nos hinos da escola / Homenagem ao dever juvenil... / Combatamos em nome da glória. / - A esperança do nosso Brasil / Companheiros, etc. / O operário que bate a bigorna / O martelo, em portada do pão, / Como o sabão cozer, vendo em silêncio / Auxilia também a instrução. / Caetité, 1901."

Figura 02: Letra e partitura do “Hymno Escolar” cantado nas escolas de Caetité, no início do século XX. Composição de Alfredo Costa.

Fonte: Hymno Escolar. *A Penna*, Ano XIV, n 355, p. 04, 25 de outubro de 1901

Na passagem do século XIX para o século XX a educação no Alto Sertão da Bahia era restrita aos filhos dos sujeitos mais abastados e dos homens mais abertos aos tempos modernos, inaugurados com a abolição da escravatura e a proclamação da república, segundo JG⁷. O ideal predominante em boa parte dos

⁶ Hymno Escolar. *A Penna*, Ano XIV, n 355, p. 04, 25 de outubro de 1901. Trecho do hino escolar cantado nas escolas de Caetité em 1901 - A Esperança do Brasil.

⁷ GUMES, *Os Analphabetos*, 2014, p. 22.

sertanejos era o de que a educação se restringia a pau e pão: “Antigamente dizia-se que o princípio da educação é ‘pão e pau’ isto é, que os paes enchendo bem a barriga dos filhos e levando-os as pauladas por qualquer falta, tinham cumprido a sua missão. ”⁸

O processo educacional, visto como imoral pelos sertanejos analfabetos e conservadores, foi prejudicado pela ideologia dominante nos espaços interioranos. Não havia nenhum tipo de formação que incentivasse a matrícula de um jovem na escola, ficando a educação a cargo do trabalho pesado, nas lavouras de cana, café, mandioca e outros mantimentos essenciais para a dieta e subsistência do homem do Sertão. Por vezes, falar de papel, livros, leitura e outras invenções escolares era considerado pecado capital, conforme aponta Gumes na apresentação do personagem Marcolino, no romance *Os Analfabetos*:

Com leituras não se põe fogo á panella, acrescentava a tempestade de impropérios que bolsava contra esses ‘engravatados da villa’ que, com seus livros e gazetas, procuravam viver á custa dos pobres roceiros. Uma feita o Vigario arriscou-se a aconselhar-lhe que mandasse os filhos á escola, mas ouviu taes e tantos do casmurro, que se arrependeu de ter tocado em semelhante tecla.⁹

Por tudo isso, JG se colocou como representante da luta contra o atraso que reinava no Alto Sertão da Bahia, representado, principalmente, pelo analfabetismo, pela seca e pela migração do nordestino para o Sul e Sudeste do país. O papel que deveria ser dos governantes é assumido por JG, o sonhador apresentado na introdução dessa produção. Principalmente n’*Os Analfabetos* e no *A Penna*, visualiza-se o Gumes combatente do analfabetismo, o crítico da ausência governamental e o formador da opinião de que a educação é a responsável pelo progresso dos Sertões. Infelizmente, João Gumes era apenas um e a sua cultura letrada não atingia as grandes massas, conforme ele mesmo aborda: “mas minha voz clamava no deserto e pouco proveito alcancei. ”¹⁰

Porém, o descontentado do nosso autor não o fez parar, pelo contrário, as publicações continuaram constantes e firmes no objetivo de construir uma sociedade dentro dos aspectos da iniciante modernidade. Conforme abordado,

⁸ GUMES, *Os Analfabetos*, 2014, p. 113.

⁹ GUMES, *Os Analfabetos*, 2014, p. 24.

¹⁰ GUMES, *Os Analfabetos*, 2014, p. 17.

o pragmatismo de JG acreditava que para toda problemática havia uma solução fixa e definida. A educação seria o caminho.

Tais concepções pragmáticas, originadas bem antes da existência de Gumes, preconizavam, por exemplo, que a evolução social levaria a humanidade ao seu melhoramento. Auguste Comte em sua teoria positivista de crença total ao processo científico inspirou fortemente os ideais dos intelectuais brasileiros dos séculos XIX e XX, algo também visualizado nas teorias de JG, carregadas das noções de causa e efeito – o caminho A sempre levaria ao destino B. A construção do Brasil republicano é uma construção iluminista e positivista.

A educação, entendida como solução para os problemas sociais, não chegava ao espaço de atuação de JG. No ano de 1888, havia três cadeiras (escolas) primárias no município de Caetité, sendo duas escolas destinadas ao sexo feminino e uma escola destinada ao sexo masculino, com um total de 76 alunos.¹¹ O número de estudantes no espaço urbano do município era irrisório se compararmos com a população existente no final do século XIX - no ano de 1892 havia 24.555 habitantes em Caetité¹². Menos de 1% dos caetiteenses estavam matriculados na escola. No Brasil, os dados não são nada destoantes dos apresentados acima. Segundo o censo demográfico do IBGE, no ano de 1890, 82,6% da população acima de 05 anos era analfabeta¹³.

Tal contexto era fonte de preocupação de Gumes, que atrelava sem nenhum rodeio o atraso dos Sertões à praga do analfabetismo:

Demonstrou claramente que nosso atraso econômico e tantos perigos que ameaçam a nacionalidade têm por causa essa praga terrível e vergonhosa [analfabetismo], muitas vezes mais ameaçadora da vitalidade nacional que a lepra, a tuberculose e tantos males físicos, mesmo que estes têm por causa primacial a crassa ignorância que medra entre nós para nosso vilipêndio.¹⁴

Preocupado com a não resolução do problema educacional decorrente da ausência governamental, JG escreve *Os Analphabetos* em caráter de protesto contra a persistência do não letramento do sertanejo que, conforme citado,

¹¹ Dados extraídos do livro *Caetité – a terra, a cultura e sua gente*, escrito pelo professor Bartolomeu de Jesus Mendes, escrito no ano de 1996.

¹² Dados extraídos da revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 58. Autor Pedro Celestino da Silva.

¹³ IBGE, Censo Demográfico, 2014.

¹⁴ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 140.

ocasionava no atraso da sociedade: “Levou-nos a escrever isto, quando se levanta em todo o paiz um grande clamor contra o analfabetismo, considerando uma das causas primordiais do nosso atrazo, sem que se procure examinar as causas do seu assustador crescimento n’estes altos Sertões.”¹⁵

Os Sertões deveriam caminhar para o progresso, porém os contextos sociais encontrados nesse espaço impediam tal feito. Um conceito muito discutido na contemporaneidade é o da “Indústria da Seca”, política de dominação existente no nordeste brasileiro. Ao longo da formação territorial dessa zona do país, os políticos perceberam que o investimento em políticas de contenção da seca poderia ser nocivo para os seus vis interesses, uma vez que a resolução da problemática exposta poderia ocasionar na emancipação do nordestino. Era muito mais vantajoso oferecer o assistencialismo às vítimas da seca, aprisionando-as em redes de dependência.

Albuquerque Júnior (2009) traz interessantes discussões sobre a invenção do Nordeste e o processo de criação de uma indústria voltada para o financiamento da seca. JG, muitos anos antes, levantou questionamentos que corroboram com os ideais do historiador e, inclusive, afirmou que a indústria da seca só conseguia se erguer nos Sertões por conta da ausência de investimentos na educação básica do nordestino. Tudo é um processo. O sul e sudeste do país se aproveitavam dessa prática e usurpavam o trabalhador sertanejo, fornecendo-lhe poucos salários e péssimas condições de vida:

Muitos sertanejos, presos ao processo de dominação estrutural da indústria da seca, reproduziam os discursos de superioridade do sudeste do país, convencendo outros cidadãos a participarem da migração para região sul do Brasil. Vários “aliciadores” eram encontrados em dias de feira no município de Caetitê; estes, tinham por objetivo convencer os indivíduos a se tornarem sampauleiros.

Então a moeda fiduciária, desvalorizada ao extremo, inundava o paiz e o pobre trabalhador do campo, deslumbrado com as joias extraordinárias, na apparencia valiosas, que ofereciam em S. Paulo aos trabalhadores, deixavam-se levar em grupos chefiados por alliciadores contractados por lá pra recrutarem o nosso homem robusto e laborioso.¹⁶

¹⁵ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 421.

¹⁶ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 16.

O sonhador João Gumes ia sempre de encontro com os ideais que visavam dominar o sertanejo. O problema, no geral, não estava apenas na seca:

Há muitos annos, na primeira phase d'este nosso periódico, procuramos convencer os nossos leitores que a secca, esse flagelo assustador que nos visita sempre tomando de tempos em tempos uma feição mais terrível, não é a única e mais poderosa causa da nossa decadência e das crises alimentícias que temos sofrido.¹⁷

O meio certamente era um forte influenciador das condições sociais, econômicas e culturais do Sertão, porém, seriam necessárias medidas do poder público para minimizar as influências climáticas no Nordeste do Brasil. O analfabetismo, a ausência de eletricidade e a falta de políticas sociais, por exemplo, não poderiam ser colocados na conta da seca.

O que podemos admitir, fora os hábitos adquiridos, é a sugestão do meio. Devem, portanto, ser combatidos tais hábitos e propensões por meio de uma séria e perseverante educação. Considerar que as secas são a causa dos nossos males e que eles são irremediáveis porque dependem das influências climáticas é um erro deplorável.¹⁸

As armas de JG contra todos os problemas já levantados nessa produção eram os seus escritos. O combatente JG estruturou suas lutas contra os males que assolavam o Alto Sertão da Bahia e o Nordeste em suas literaturas e em seu jornal. Contra o problema específico da educação, no dia 07 de outubro de 1927 o autor encerra a escrita do romance *Os Analfabetos*, antes iniciado nas publicações em folhetim dentro do jornal *A Penna*.

2.1 A saga de Zezinho rumo a alfabetização: o manifesto de Gumes em favor da educação em *Os Analfabetos*

A análise do contexto educacional sertanejo é tomada como principal objetivo do presente capítulo e, justamente por isso, *Os Analfabetos*, ao lado do *A Penna*, constituem-se de fontes principais para a sua construção. Nesse ponto do trabalho, gostaríamos de descrever algumas noções de representação retiradas do enredo do romance, relacionando-as com a dinâmica educacional do período.

¹⁷ Exodo. *A Penna*, Ano I, p. 01, 09 de janeiro de 1912.

¹⁸ GUMES, O Sampauleiro, 2019, p. 78.

A história do romance é construída inicialmente com três personagens de uma mesma família sertaneja, da zona rural. Zezinho, personagem principal do romance, foi apresentado como um menino ansioso para conhecer as letras e mudar a sua situação de vida; ele sabia que a educação seria o único caminho para modificar as difíceis condições de sua família. Percebe-se que Zezinho reverbera por completo os ideais educacionais de João Gumes, autor do romance. Zezinho é construído com a clara intenção de tornar pública as concepções de JG.

Zezinho foi fruto da união entre Marcolino e Torquata, personagens principais na construção inicial do enredo. Marcolino era um homem que não aceitava as modificações estruturais ocasionadas pela ação humana no tempo. Conservou ao extremo os costumes aprendidos com seu pai. João Gumes o apresenta como “um d’esses typos selvagens que a educação de certos dos nossos antigos agricultores, mesmo abastados, de setenta annos para traz, nos legou para nosso atraso”¹⁹. Nesse ponto, percebemos que JG. coloca Marcolino como representante do sertanejo símbolo da condição pouco desenvolvida dos Sertões, que negava a necessidade de modernizar o território e alfabetizar o sertanejo.

Torquata, por sua vez, é apresentada pelo autor como uma interseção entre o conservadorismo de Marcolino e o progressismo de Zezinho. Ela sempre foi colocada como compreensiva e aberta às inovações, porém, como seu marido, acreditava que seria necessário educar seus filhos no trabalho. O patriarcalismo da sociedade brasileira no início do século XX fez com que Torquata ficasse sempre à sombra dos homens da família. Sempre que apresentada, seu nome estava ligado a Marcolino ou a Zezinho, inclusive no clímax do livro, no qual Marcolino surra Zezinho por estar envolvido com as leituras. Esse evento foi o gatilho necessário para Zezinho migrar para o Sul do país.

Conforme discutido, para muitos sertanejos a educação não trazia benefício algum para a vida em sociedade, pelo contrário, ela atrapalhava o desenvolver da lida diária. Marcolino, afeito a esse ideal, não aceitava de modo algum a inserção dos seus filhos na escola, o que ia de encontro ao desejo de Zezinho. O sertanejo Marcolino, embrutecido por suas condições sociais, é

¹⁹ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 27.

descrito por JG com o objetivo de criticar esse ideal que persistia nos Sertões, além de representar todos os empecilhos que faziam com que o Sertão permanecesse em atraso, incluindo a ausência de apoio governamental à educação do povo.

A ignorância, influída por uma péssima educação ou pelo meio atrasado, muita vez, como já havia observado em diversos lugares do sertão, onde os pobres rústicos, na sua maioria, educam seus filhos às correçadas, e inçam-lhes o espírito de quanto preconceito absurdo herdaram de seus antepassados, é a causa de tornarem máus muitos indivíduos que, educados brandamente, seriam homens delicados, compassivos e tratáveis.²⁰

Por outro lado, Zezinho representa a subversão às imposições colocadas sobre os Sertões, estas que impediam a entrada da época moderna em seus territórios. O ato de ler enquanto subversivo é apresentado a todo momento por JG: “O antepassado de Marcolino conseguiu pois que seu filho não se immiscuisse nas ‘immoralidades’ das leituras, que tantos prejuízos e perturbações iam causando na colônia e, até, que tornasse o geriza a livros, papel e tinta”²¹.

Depois de ter iniciado o contato com as letras por meio de um amigo conhecido na cidade, de quem ganhou um caderninho, Zezinho não mais desistiria do seu sonho. Quando descoberto por seu pai, tomou uma surra violentíssima, que o fez sonhar em migrar para o sul do país com o objetivo de aprender as letras. Assim fez, fugido de Marcolino e Torquata. Todas as variantes decorrentes dessa história não cabem na descrição aqui realizada, por isso, precisamos dar um salto na análise da história, atingindo o ponto que Zezinho chega ao estado de Minas Gerais.

Depois [de elogiar as riquezas e investimentos no estado de Minas Gerais], como esporeado pelo amor da terra natal, lembrou as grandes riquezas da Bahia, as quaes ahi jazem inaproveitadas por ora; porem que nos elevariam ao mesmo esplendor e opulência logo que os nossos governos tivessem uma boa e patriótica orientação, ausentes os prejudiciaes dissídios políticos e estabelecidos entre nós a paz e a harmonia.²²

²⁰ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 259.

²¹ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 24.

²² GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 123.

É nesse ponto que há uma grande reviravolta no enredo do romance: Zezinho encontra uma sociedade íntima das letras e pessoas com uma mentalidade diferente dos habitantes do Alto Sertão da Bahia. Em Minas Gerais, Zezinho recebe todo o apoio para continuar seus estudos e se formar enquanto um cidadão ético, trabalhador e justo, preceitos totalmente ligados à educação da época. Apadrinhado pelo Coronel Fidelis, homem rico e amante da educação, o herói de JG estava a realizar o seu sonho. O pragmatismo do autor é novamente visto: a educação tinha transformado mais uma vida.

A partir de então, inicia-se no romance uma campanha nacional contra o analfabetismo e a todo momento JG fala da necessidade de juntar forças para montar uma verdadeira cruzada a favor da alfabetização do povo.

Levou-nos a escrever isto, quando se levanta em todo o paiz um grande clamor contra o analfabetismo, considerado uma das causas primordiais do nosso atraso, sem que se procure examinar as causas do seu assustador crescendo n'estes altos sertões. Que seja ele uma das mais poderosas causas dos nossos males, sinão a mais poderosa, não pode negar; mas não basta que sejam creadas escolas por todos os cantos do paiz para que seja debelado um mal que tão profundas raízes têm lançado no seio da nossa nacionalidade.²³

O Brasil recém republicano precisava modificar sua estrutura educacional. Não mais cabia em uma sociedade que objetivava adentrar na lógica moderna da contemporaneidade manter as altas taxas de analfabetismo existentes, por isso as campanhas contra “essa praga”, a cada dia, eram mais comuns. Do Alto Sertão da Bahia, Gumes se entusiasmava com as campanhas e continuava com o seu sonho de ver o povo lendo e escrevendo.

2.2 O Brasil República e a educação

Na última década do século XIX foi decretada a Reforma Benjamin Constant, colocada em prática no ano de 1891, com os objetivos de oferecer uma educação pública, livre e laica. Conforme defende Xavier (1994), os preceitos do positivismo e do liberalismo, dominantes no ensino público europeu, orientaram o currículo da nova proposta de escola brasileira. Infelizmente, o

²³ GUMES, **Os Analphabetos**, 2014, p. 421.

modelo educacional aplicado no Brasil atendia a alguns poucos herdeiros de uma elite colonial. O trabalhador ainda não tinha sido incluído na educação.

JG não especifica o nome da tão citada campanha contra o analfabetismo, porém o estudo da história da educação brasileira nos permite fazer uma analogia com a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, criada no ano de 1915, com o lema “combater o analfabetismo é dever e honra de todo o brasileiro”. Segundo os pressupostos estabelecidos pela liga, em sete anos o Brasil deveria estar totalmente alfabetizado. Os dados colhidos sobre o analfabetismo no país permitem afirmar que o principal objetivo da liga não foi atingido – no ano de 1922, 71% da população brasileira de 5 anos ou mais ainda era analfabeta.²⁴

Criada por um grupo de intelectuais que tinha como inimigo em comum o analfabetismo da sociedade brasileira, a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, inicialmente, surgiu com uma denúncia no *Jornal A Noite*²⁵, no Rio de Janeiro, até então Distrito Federal do Brasil. A Liga entendia que havia a necessidade de modificar o ideário de não escolarização presente na massa da população brasileira, este extremamente nocivo para o progresso da sociedade. Segundo o jornal *A Noite*, em 30 de agosto de 1915, 150 pessoas haviam aderido a Liga, além de 18 pessoas se apresentarem voluntariamente para ensinar gratuitamente nas escolas a serem abertas.

A Liga encerrou suas atividades em 1940, no governo de Getúlio Vargas. Conforme afirmado, o objetivo principal da Liga não foi atingido, já que os números almejados para alfabetização popular não foram alcançados, porém o movimento sentiu-se contemplado com as novas políticas públicas de Vargas, incluindo principalmente a obrigatoriedade do ensino primário. Em nota publicada no editorial do *Jornal do Comércio*²⁶ de 14 de março de 1940, a Liga informa:

²⁴ IBGE, Censo Demográfico, 2014.

²⁵ O *Jornal A Noite* foi fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho, na cidade do Rio de Janeiro. De publicação diária, o periódico tratava principalmente sobre a política nacional, além de trazer as manchetes das principais notícias da sociedade carioca. Repleto de fortes posicionamentos políticos, *A Noite* não escondia sua parcialidade ao apoiar candidatos que concorriam às eleições municipais, estaduais e federais, deixando claro seu apoio à candidatura de Ruy Barbosa, nos anos de 1910 e 1918 e ao governo de Washington Luís, entre os anos de 1926 e 1930. Entre várias idas e vindas, acontecidas por trocas administrativas e crises econômicas, o último editorial do *A Noite* foi visualizado no dia 31 de agosto de 1964.

²⁶ O *Jornal do Comércio* foi extinto no ano de 2016; antes disso, era considerado o segundo periódico mais antigo em circulação da América Latina, perdendo apenas para o *Diário de Pernambuco*. Os organizadores do periódico alegaram a falta de publicidade dos jornais no

“A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, alcançado o objetivo a que se propôs, dá por terminada a sua missão, externando o seu profundo reconhecimento à colaboração eficiente e grandiosa da Imprensa Brasileira e das Estações de Rádio, que, com a sua indiscutível força de propaganda e difusão, de par com a boa vontade sempre demonstrada em todos os tempos, animaram muito a campanha da causa brasileira hoje vitoriosa. Finalizada a sua tarefa a LBCA não se extingue, não desaparece, vai apenas descansar da grande jornada que empreendeu, alerta sempre ao primeiro toque de reunir para lutar, quando for chamada ou quando se tornar preciso, em prol do progresso e da felicidade do nosso querido Brasil, porque sendo a Instrução a base do progresso.... **Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro!**”²⁷

Saviani (2001; 2007) fornece importante aparato teórico para o entendimento da história da educação no Brasil, principalmente por estruturar as correntes educacionais vigentes ao longo da construção do país. O autor aponta duas etapas da educação brasileira, estruturadas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1: estruturação das etapas históricas da educação brasileira, segundo Saviani (2001, 2007)

Etapa 01 – Subdividida em 03 categorias	Etapa 02 - Subdividida em 03 categorias
<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia Jesuítica (1549 – 1759) 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas Estaduais Primárias e o Ideário Republicano (1890 – 1931)
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas Régias (1759 – 1827) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas em Âmbito Nacional e o Ideário Pedagógico Inovador (1931 – 1961)
<ul style="list-style-type: none"> • Início da Implementação da Educação Pública (1827 – 1890) 	<ul style="list-style-type: none"> • Unificação da Educação Nacional e o Retorno do Ideário Positivista

Fonte: Elaboração do autor

século XXI. Sua publicação foi iniciada no dia 01 de outubro de 1927, organizada pelo francês René François Plancher de La Noé, que fugiu das forças napoleônicas e se instalou no Brasil em 1824. Conforme o nome indica, *O Jornal do Comércio* atendia, sobretudo, os interesses comerciais do Rio de Janeiro e do Brasil, porém, não se fechou para o registro de fatos históricos que marcaram o Brasil na passagem do século XIX para o século XX.

²⁷ Liga Brasileira Contra o Analfabetismo; NOFUENTES, V. Desafio. Grifos nossos.

Para produção dessa pesquisa, consideramos a primeira categoria da segunda etapa – a criação das escolas estaduais primárias e o ideário republicano –, justamente por representar o período de atuação de João Gumes. No período em questão, a educação é visualizada como redentora da humanidade, ideal republicano constantemente presente nas produções de JG. O estado assume a educação pública, enquanto a federação parece se abster dos problemas da nação. É também nesse estágio que se inicia o processo de criação das Escolas Normais, que passaria a ser a responsável pela formação dos docentes, até então totalmente leigos, sem nenhuma formação específica para a atuação enquanto professores. No Brasil, a formação docente passou a ser uma realidade apenas no avançar do século XX, com as Escolas Normais exercendo um papel fundamental na especialização dos professores.

Em Caetité, a instrução do ensino primário era de responsabilidade de 15 escolas mantidas pelo governo do estado, conforme defendia a política educacional da época. A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 58, em visita à cidade entre os anos de 1926 e 1927, constatou que dentre essas 15 escolas instaladas no município, 5 eram do sexo masculino, 4 do sexo feminino e 7 eram de frequência mista. Havia um número de 1176 matrículas no município, divididas entre 591 homens e 576 mulheres. No ano de 1924, a população de Caetité era de 42.513 habitantes, crescendo anualmente.²⁸

Historicamente, o modelo educacional brasileiro foi constituído por uma divisão de gênero entre as escolas, fruto do processo de colonização existente no país. A educação jesuítica e seus severos dogmas tinham por objetivo a formação do homem, relegando as mulheres aos serviços domésticos. Com o processo de rompimento do paradigma da falta de escolarização feminina, decorrente da necessidade de educação para o alcance do progresso, o Império sentiu a necessidade de fornecer a frequência escolar às mulheres.

As novas escolas femininas tinham por ideal fornecer um forte aparato de educação moral e ética, com o claro objeto de fortalecer os papéis sociais atribuídos ao gênero, principalmente às posições de esposa e mãe. Já nas raras escolas secundárias existentes destinadas às mulheres, quase todas elas eram

²⁸ Dados extraídos da revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 58. Autor Pedro Celestino da Silva.

de formação magisterial, formadoras de professoras para a educação primária. Esse contexto histórico fez com que a docência assumisse um caráter feminino, fato constatado até nos dias atuais. As escolas mistas, fortalecidas no início da república, começaram a romper com o modelo de divisão escolar por gênero (HAHNER, 2011).

Como política para tentativa de melhoria da educação, o governo republicano via a necessidade de oferecer uma formação adequada para os professores. Tal política foi materializada com a criação das Escolas Normais. Sobre as Escolas Normais, Martins (2009) afirma que

A Escola Normal laica surge cinco anos após a eclosão da Revolução Burguesa, na França. Ela teve vida breve, funcionou apenas de janeiro a maio de 1795. Mas neste curto espaço de tempo deixou para futuras experiências a sua concepção para formar professores. O caráter eminentemente científico foi o signo desta escola, por isso reconhecidos intelectuais da época deveriam estar entre seus mestres: Laplace, Lagrange e outros cientistas de renome criaram programas densos e complexos, guiados pela orientação da pesquisa científica. Os cursos foram estruturados em ciclos, como cada curso guardava autonomia, cada estudante, de acordo com seu interesse, podia organizar seu próprio plano de curso (MARTINS, 2009, p. 175)

Conforme já discutido, a influência francesa na criação do processo educacional brasileiro é nítida. O iluminismo e o positivismo, correntes políticas e filosóficas dominantes na França forneceram o aparato ideológico para construção do plano educacional e político daquela sociedade; a laicidade do estado, a defesa da livre expressão e o culto ao processo racional deveriam ser a base do estado francês pós-revolucionário. O Brasil, com sua “república inventada”, copia esses ideais e os institui como base cultural e educacional da sua sociedade.

Para Pereira (2009), a lógica positivista dos três estados dominou a razão política do Brasil República, iniciante no seu processo de modernização:

Não obstante não se ter verificado, como no Brasil, uma injunção positivista de ditadura republicana como projeto político, importa considerar, em todo o caso, que a propugnação e efetivação de medidas como a Lei da Separação da Igreja do Estado, o laicismo militante e muitas outras medidas tinham, por detrás, a marca de uma ação política exclusivista marcada pelo assumir inquestionável da razão e do progresso. Subjaz um sentido autoritário no discurso daqueles que, em 1910, se assumem como convictos agentes políticos, confiados que estavam na inexorável aplicabilidade da lei dos três estados, na confiança posta numa política de saber

teleologicamente considerada e, também, na superação definitiva da revolução e das afirmações socialistas supervenientes. (PEREIRA, 2009, p. 307)

A razão e o progresso, estruturas elementares do positivismo, dominaram as correntes educacionais do Brasil republicano. Era nítido que os ideais de progresso da sociedade francesa foram os orientadores da sociedade brasileira que estava se construindo. No campo educacional, a materialização dessa influência se deu, principalmente, com a implementação das Escolas Normais.

2.3 A materialização do ensino secundário no Sertão: a chegada da Escola Normal em Caetité

No mês de maio 1898, no governo de Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, a Escola Normal de Caetité é criada por meio da Lei 117 de 24 de agosto de 1895. Com duração de quatro anos, o curso ofertado tinha por objetivo a formação de moças para o ensino primário, propósito primeiro dessa instituição. Até o ano de 1903, a Escola Normal caetiteense formou três turmas com o total de 32 alunas. Por conta de fatores políticos, os opositores ao governo do estado lutaram para o fechamento da escola, o que aconteceu no ano de 1903.²⁹

A Escola Normal de Caetité é reinaugurada no dia 21 de abril de 1926 no governo de Góes Calmon, com grande festa por parte dos munícipes e com a presença de Anísio Teixeira, filho da terra e já importante educador brasileiro. A política de descentralização do processo educacional começava a surtir efeito, o que causou grande esperança para os habitantes do Alto Sertão da Bahia, principalmente João Gumes: “em Caetité é uma realidade. Escolas elementares e complementares. A instrução pública felizmente vae ser um facto na Bahia e, especialmente nos Sertões, onde ella se acha descurada desde muitos annos.

”³⁰

²⁹ O livro *Caetité – Pequena Ilustre* (1995), de autoria da memorialista Helena Lima Santos, traz uma série de informações sobre os eventos históricos que marcaram a cidade de Caetité, entre eles, a instalação da escola Normal de Caetité. Justamente por isso, o livro em questão é uma importante fonte de pesquisa para trabalhos que objetivam entender o fluxo histórico da cidade de Caetité e da região vizinha.

³⁰ A ESCHOLA NORMAL. A Penna, Ano XV, p. 01, 04 de fevereiro de 1926.



Figura 02: Foto da Escola Normal do município de Caetité, estado da Bahia.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

No dia 04 de fevereiro de 1926, JG dedica parte considerável do jornal *A Penna* para abordar sobre a proximidade da reinauguração da Escola Normal e sobre os benefícios dessa política pública. Na visão do autor, a Escola Normal era a realização do sonho de trazer para os Sertões a educação, sempre ausente e, por isso, causadora de grandes problemas para o sertanejo. O artigo em questão é escrito ao lado do folhetim do romance *Os Analphabetos*, uma coincidência (ou conquista) aprazível para o sonhador Gumes.

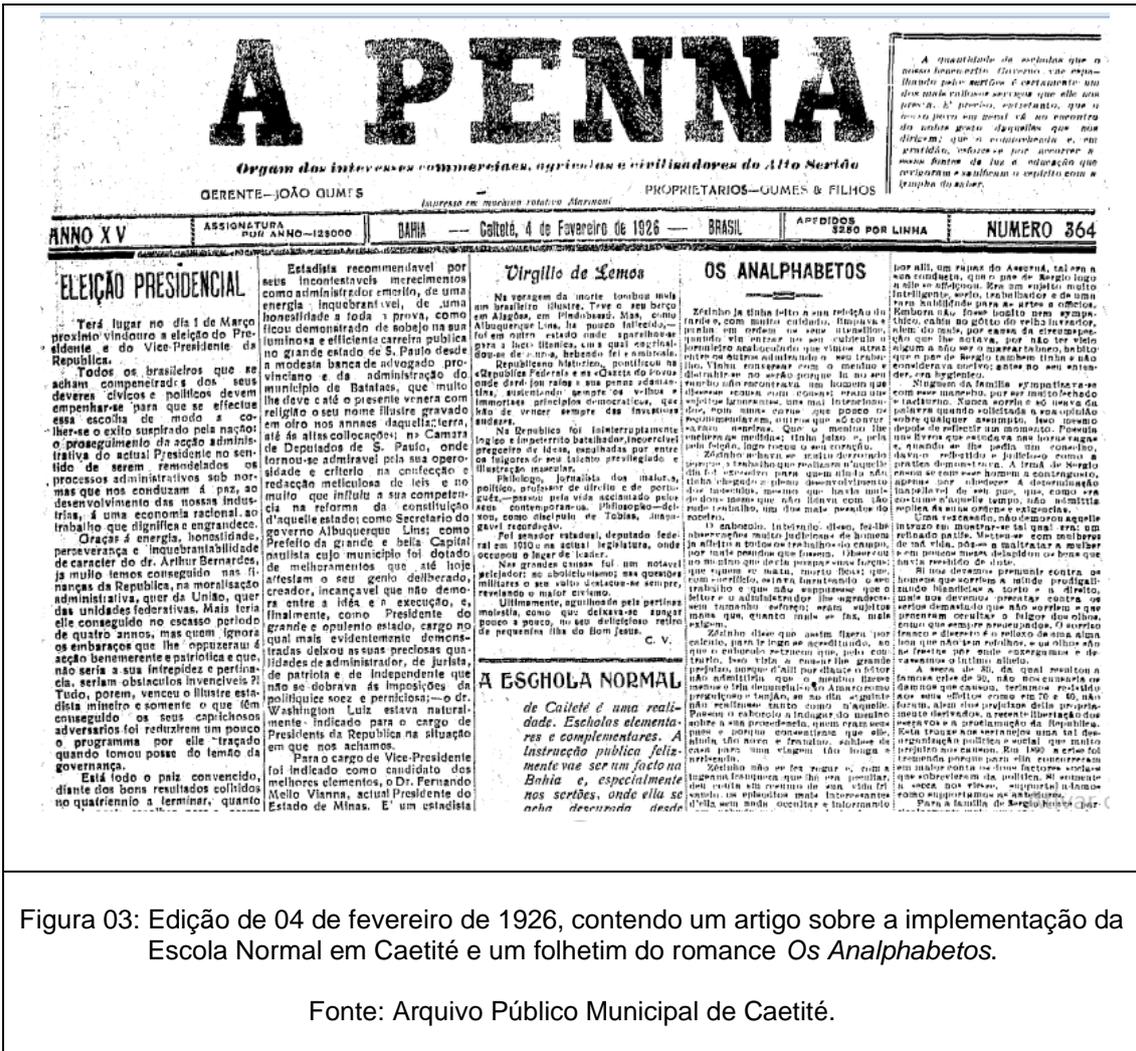


Figura 03: Edição de 04 de fevereiro de 1926, contendo um artigo sobre a implementação da Escola Normal em Caetité e um folhetim do romance Os Analfabetos.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Em seu artigo, João Gumes apresenta os benefícios da Escola Normal para o Alto Sertão da Bahia:

Hoje, porém, acha-se convencido o illustre Sr. Dr. Góes Calmon que o meio prompto de combater o analfabetismo, que por duas ou três gerações vem se avolumando entre nós como uma tremenda ameaça, o estabelecer-se Escolas Normais mesmo no centro onde mais instante se tornou o combate sem tréguas a ignorância crassa que medra na grande maioria da nossa população sertaneja. Só por meio de taes escolas poderemos contar em futuro próximo com professores que, nascidos entre nós, conhecedores do nosso meio, das nossas condições de vida, que são menos apertadas que dos que as da capital e dos centros de população mais densa, poderão exercer a nobre e digna profissão de brilhar intelligencias n'estas regiões a submeterem-se a vivenda em meios a que já estão acostumados.³¹

³¹ A ESCOLA NORMAL. A Penna, Ano XV, p. 01, 04 de fevereiro de 1926.

Um ano depois de instalada, a Escola Normal de Caetité já apresentava excelentes resultados, com um bom número de matrículas – 408 alunos³² - e excelentes professores. O ensino secundário, enfim, chegava aos Sertões, o que, no entender de JG, colocaria o interior baiano emparelhado aos grandes centros. A escola normal foi um marco do progresso caetiteense do século XXI, conforme foi apontado pelo autor e, por isso, era necessário representar os números eventos que aconteciam em seu interior³³. A população de Caetité precisava entender a importância de se ter presente uma escola secundária nos Sertões da Bahia.

No governo de Otávio Mangabeira, eleito governador da Bahia no ano 1947, a Escola Normal de Caetité passa por uma transformação gerida por Anísio Teixeira; agora, a antiga Escola Normal de Caetité passa a se chamar Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), nome dado em homenagem aos feitos do educador para educação brasileira.³⁴ A mudança acontecida na antiga Escola Normal vinha de encontro com as modificações estruturais que a educação brasileira estava passando, então dominada pelos ideais da Escola Nova, corrente predominante a partir da década de 1930, conforme apontam os estudos de Saviani (2001) e (2007). A vida de João Gumes não alcança grande parte desses contextos, porém, destaca-se que as ideias levantadas por essas correntes educacionais sempre foram defendidas pelo autor.

Em 1955, o Instituto, dirigido pelo professor Alfredo José da Silva, é transferido para um novo prédio, onde funciona até os dias atuais. Por muito anos, ao oferecer o magistério como formação secundária, o Instituto manteve suas raízes na Escola Normal, formando professores para o ensino primário. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que exigiu formação superior para a docência na escola básica, fez com que os cursos de magistério aos poucos se extinguissem e, conseqüentemente, o Instituto de Educação Anísio Teixeira finalizou suas turmas de magistério no ano de 2009. Hoje, o Instituto oferece turmas de ensino fundamental II e ensino médio.

³² Dados extraídos da revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, número 58. Autor Pedro Celestino da Silva.

³³ O Progresso em Caetité. A Penna, Ano XIV, n 355, p. 04, 22 de outubro de 1925. Artigo assinado por Antônio José Soares Teixeira e publicado por João Gumes nessa edição.

³⁴ Dados extraídos do livro *Memória de m Professor*, escrito por Waldir Silvão, filho do professor Alfredo Silva, no ano de 2008.



Figura 04: Instituto de Educação Anísio Teixeira, 2019.

Fonte: Cláudio Amaral

Outro fator relevante relacionado à instalação das escolas primárias e da escola normal está ligado à formação de valores. Conforme as correntes educacionais defendiam na época, a escola deveria ser fonte da formação ética do indivíduo, fornecendo a ele a oportunidade de formar uma família, conseguir um emprego e se formar enquanto um excelente cidadão. Essa ideia é constantemente reverberada por JG: “Como é bom o homem aprender e fazer parte da sociedade³⁵.”

Quando, porventura, um professor ou professora diplomado não queira exercer a profissão para qual se preparou, será um ótimo pai ou mãe de família que muito concorrerá para a formação de família honestas, que serão ótimos componentes do meio social; porque a família é a célula mater da sociedade; é a mesma sociedade em miniatura. ³⁶

As discussões da escola enquanto formadora de valores sempre estiveram presentes na educação. A Escola Normal, parcialmente, se adequava nessa perspectiva, porém não era esse o seu objetivo principal, visto que a formação de professores era a base do seu currículo. Dentro do Brasil Republicano, fazia-

³⁵ GUMES, **Os Analfabetos**, 2014, p. 417.

³⁶ A ESCOLA NORMAL. A Penna, Ano XV, p. 01, 04 de fevereiro de 1926.

se necessário formar bons cidadãos republicanos, conhecedores das suas realidades e do mundo do trabalho. Com o objetivo de suprir essas necessidades, surge o movimento da Escola Nova.

2.4 O fim da República Velha e a ascensão da Escola Nova

A chegada do ano de 1930 trouxe inúmeras e intensas novidades para o Brasil. Na política, acontecia a Revolução (ou Golpe) de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, depois de depor o “democraticamente” eleito Washington Luís. Na economia, iniciaram-se as reformas populistas do governo Vargas, com a tentativa de reestabelecer a produção cafeeira, prejudicada com a queda da bolsa de valores em 1929. Além disso, nesse período uma série de medidas trabalhistas foram impostas, fornecendo aos trabalhadores direitos essenciais conquistados depois de muitas lutas da classe operária. A estruturação da educação também passou por uma reforma total, com modificações em todos os níveis educacionais e mudanças sintomáticas no campo das ideias – o ideário pedagógico inovador substituiria o ideário republicano.

A primeira e principal mudança do ano de 1930 se deu com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, o que deu à área educacional uma pasta própria para resolução de suas problemáticas. Francisco Campos assume o Ministério e institui uma série de reformas (Reforma Francisco Campos). É válido ressaltar que o novo ministro era integrante do movimento da Escola Nova, representante principal do ideário pedagógico inovador. Sobre as primeiras ações do ministro, destacam-se a criação do ensino superior no Brasil, a organização do ensino secundário, o reestabelecimento do ensino religioso e a organização do ensino comercial e industrial (SAVIANI, 2008).

As reformas Francisco Campos apontam o caminho esperado pelo governo Vargas, principalmente por fornecer à educação uma perspectiva industrial, uma vez que um dos principais objetivos do governo era a formação de uma indústria nacional forte e competitiva. A educação, agora, deveria ser a mola de propulsão para o desenvolvimento industrial do país.

No ano de 1932 é promulgado no Brasil o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, assinado por intelectuais já reconhecidos por seus estudos no

campo educacional, como Anísio Teixeira e Lourenço Filho. O movimento escolanovista é fortemente influenciado pelo filósofo americano John Dewey (1859 – 1952), que considerava a escola como meio de formação individual e coletiva, apta a refletir sobre os problemas existentes na sociedade e, conseqüentemente, solucioná-los por meio de uma educação inclusiva e democrática. Entre os anos de 1930 e 1945 esse novo ideal de educação compete com a perspectiva da pedagogia tradicional, substituindo-a progressivamente.

Por ter finalizado sua vida no ano de 1930, João Gumes não visualizou a ascensão do movimento escolanovista e, por isso mesmo, não é possível encontrar problematizações do autor a esse respeito. Por outro lado, JG sentiria um contentamento ao visualizar a queda progressiva do analfabetismo, que passou de 71,2% em 1920 para 61,2% em 1940, considerando a população com mais de 05 anos de idade³⁷. Porém, ao perceber o quão longe esses dados se afastavam do ideal, certamente JG continuaria a utilizar suas produções para tecer fortes críticas à persistência desse mal que ainda assombrava mais da metade da população do Brasil.

João Gumes objetivava para o seu lugar no espaço, Alto Sertão da Bahia, um final feliz, como no romance *Os Analphabetos*, no qual todos os filhos de Torquata e Marcolino foram alfabetizados e inseridos na nova dinâmica do século XX, influenciados pelo processo de “civilização” vivido por Zezinho, que “tornou-se gente”, conforme falou sua mãe. Para JG, o contraste existente entre os Sertões e os centros de maior civilidade diminuiria com o incentivo à educação e ao fim da migração. Ele sabia que estava certo ao afirmar que “quem for vivo d’aqui a um decennio verá que a nossas previsões têm algo de aceitável.”³⁸

³⁷ IBGE, Censo Demográfico, 2014.

³⁸ GUMES, *Os Analphabetos*, 2014, p. 427.

3. O HOMEM E O MEIO: A FORMAÇÃO DA RAÇA E A RESISTÊNCIA SERTANEJA EM JOÃO GUMES

Em 1926, ao apresentar seu mais novo romance, *Vida Campestre*, João Gumes é enfático ao afirmar que nunca pretendeu ser jornalista ou romancista, mas, com suas obras, objetivava levar ao público muitos dos costumes do povo sertanejo, além de apresentar as riquezas do solo da região e a indústria agrícola.

A perspectiva descritiva do Sertão baiano, assumida por JG. em suas obras, continuou sendo analisada no segundo capítulo dessa dissertação, que objetiva, principalmente, entender a dinâmica da sociedade sertaneja do Alto Sertão da Bahia, além de problematizar as relações históricas e étnicas que envolveram a sua construção, essas, claramente, relacionadas aos processos históricos que aconteceram durante a formação do Brasil.

Entre os eventos da história brasileira, faz-se necessário o entendimento da entrada da contemporaneidade no solo tupiniquim, marcada pela Abolição da Escravidão e pela Proclamação da República. Tais eventos modificaram diversas estruturas brasileiras e, por isso, precisam ser analisados, o que será feito nessa produção a partir de uma vertente local – os Sertões baianos adentraram na contemporaneidade de modo diferente dos principais centros urbanos, com muitas permanências coloniais e sem tantas modificações republicanas.

Nesse período, João Gumes se consolidou enquanto principal representante dos processos históricos, culturais e sociais do Alto Sertão da Bahia, uma vez que ele tinha a propriedade do principal veículo de comunicação da época, o jornal *A Penna*, e ainda desenvolvia cotidianamente sua escrita literária. É válido ressaltar o caráter de protesto assumido por JG. em suas produções, uma vez que a dinâmica lenta do processo de modificação do Sertão muito o incomodava.

Para Gumes, a época moderna se iniciou no Brasil com a “proclamação da república, em geral, e entre nós com a abolição do captiveiro”³⁹. A defesa da

³⁹ GUMES, *Os Analphabetos*, 2014, p. 22.

república e da abolição, que fez Pires (2011) relacionar JG. ao conceito de escritor-cidadão de Sevcenko (2003) dominou a ideologia dos escritos do autor, este que custou a aceitar a não chegada aos Sertões baianos dos aspectos modernizantes que dominavam o Brasil do século XX, como as modificações políticas e a facilitação dos meios de transporte. No geral, o que se percebe nos escritos de Gumes é a perpetuação de uma cultura ainda colonial nos Sertões, o que muito o entristecia.

É relevante afirmar ainda que os escritos de João Gumes apresentam um importante paralelo entre campo e cidade, nos quais se percebe uma valorização um tanto quanto ufanista do campo e, em contrapartida, observam-se fortes críticas ao atraso que imperava na cidade. O homem JG, muitas vezes, cai em interessantes contradições discursivas, algo muito comum para alguém que desnudou suas ideologias por mais de 30 anos em um jornal e em diversas literaturas.

Nogueira (2010) traz discussões sobre as contradições encontradas na obra de Gumes; para a autora, as condições históricas de um Brasil recém-republicano, que enfrentava sérios problemas sociais e econômicos, são fundamentais para a existência de ideais contraditórios nos escritos do autor. Dialogando com Naxara (1991), Nogueira (2010) discute os contrassensos existentes nesse novo modelo de Brasil que, por exemplo, havia abolido a escravidão, mas mantinha uma estrutura semelhante a escravagista. O ideário popular construía uma noção ideal de Brasil, porém as condições sociais e históricas da época impediam a transformação do país – as noções de civilidade e progresso europeias não eram proporcionais à dinâmica da sociedade brasileira. Gumes, por viver nesses contextos, por vezes, reproduzia as incoerências de um país essencialmente contraditório.

A análise aqui construída mais uma vez utilizará da abordagem contextualista da história; as obras do nosso autor estão problematizadas a partir dos seus contextos de escrita, seguindo a dinâmica de análise literária, na qual é feita a ligação entre o autor, a obra e o contexto. Novamente, o jornal *A Penna* fornecerá o contexto para análise das literaturas de João Gumes. Consideramos que os fragmentos do cotidiano representados no periódico são fundamentais para o entendimento das estruturas criadas e das experiências vividas no Alto Sertão, na Bahia como um todo e no Brasil. Conforme defende Dias (1998, p.

226), por cotidiano, entende-se “mudanças, rupturas, dissolução de culturas e possibilidades de novos modos de ser”.

Pensar sobre João Gumes pressupõe problematizar as relações sociais vivenciadas por um homem fruto do seu tempo, que viveu em um período de intensas transformações estruturais e teve o privilégio de ser o expoente representativo da nova dinâmica do Brasil. Talvez por ter em mãos a possibilidade de representar seu meio, ele desenvolveu estudos que recaiam sobre diversas perspectivas; a economia, a sociedade, a cultura, a educação, a religião, a raça e tantos outros aspectos foram e são *corpus* de análise do inesgotável JG.

3.1. O Sertão e a resistência sertaneja.

Falar sobre os Sertões estimulava João Gumes. Entender as dinâmicas existentes no seu local de vivência estava muito além de um objetivo profissional; Gumes vivia o Sertão diariamente e, por isso, queria modificá-lo, sendo ele um instrumento de combate dos males que assolavam esse território – JG foi exemplo de resistência. Discutir sobre a resistência do sertanejo é problematizar as práticas rotineiras de luta contra as opressões e violências, constantes em um povo que não se deixava vencer, apesar dos pesares.

Toda sociedade é composta por uma densa relação de poder. Os poderes instituem as diversas relações presentes no contato entre o homem e o meio e determinam as condições de existência do ser humano em sociedade. Por outro lado, o poder garante a possibilidade de surgimento da resistência. “A resistência se dá, necessariamente, onde há poder” (FOUCAULT, 1995). Nos Sertões, as determinações da natureza são fortes aparatos de repressão à experiência do sujeito, porém as ações individuais e coletivas empreendidas por homens e mulheres desse espaço não podem ser compreendidas apenas de modo estrutural. Como defende Thompson (1981; 1987), a história precisa ser lida por meio da experiência.

A figura do sertanejo é exaltada na maioria dos escritos do autor, que via nesse personagem a possibilidade de modificação do status de desvalorização dos Sertões, estes acometidos pelo pouco desenvolvimento e pelo intenso

processo de migração do seu povo para a região sul do país: “Arrayal do Ribeiro e Água Quente tem emigrado mais da metade da população, que aqui passa em procura dos estados vizinhos. Em Rio de Contas, Villa Velha, Monte Alto, o terror abala todo o povo, que começa a emigrar em massa.⁴⁰

Gumes chamava o sertanejo migrante de sampauleiros, a quem dedicou o livro *O Sampauleiro*, destinado a problematizar esse costume extremamente nocivo para o desenvolvimento do Nordeste. Sobre esse povo, Gumes escreveu:

O sampauleiro não se retira definitivamente. É o sertanejo destas paragens da Bahia, que vai a São Paulo, atraído pela riqueza e esplendor daquele florescente estado, deixando a fazenda, muitas vezes a mulher e os filhos. **Vai em busca da fortuna que aqui encontraria se fosse perseverante e confiante.** Ausente dos seus, acumula algum pecúlio, o que por cá não conseguiria fazer porque a receita e a despesa sucedem-se ininterruptamente. Voltando, solvidos os seus compromissos, já perdido o hábito do trabalho sem uma direção alheia, mesmo porque encontra as suas plantações malcuidadas, de novo procura o grande estado.⁴¹

No editorial do *A Penna* citado acima, intitulado *Horror*, João Gumes critica a passividade dos governos do estado da Bahia, que visualizam a problemática da seca, constante nesse território, e não tomavam medida alguma para resolução. O problema em questão, fruto da cultura climática do semiárido nordestino, determinava muitas ações do sertanejo, que não vendo possibilidades de se desenvolver economicamente, era obrigado a migrar. Por outro lado, muitos resistiam ao clima e à ausência de investimentos, produzindo em cima das poucas condições que eram oferecidas, como é o caso da família de Pedro Nunes, personagem apresentado por Gumes no seu romance *Vida Campestre*.

JG não deixa de evidenciar em seus escritos a perspectiva de resistência do povo sertanejo, que resolveu se manter nos Sertões mesmo com as tantas faltas encontradas em seu cotidiano. Por isso, há em seus escritos uma grande valorização do sertanejo simples, honesto e trabalhador, que sabe que é possível produzir excelentes produtos em sua terra:

O tabaréu pé-de-boi é um espécimen digno de estudo em seus princípios e hábitos patriarcais, em sua franqueza e lealdade, em sua virtude, em seu gênio hospitaleiro. É esposo exemplar, o pai carinhoso,

⁴⁰ **A Penna**, Ano III, n 54, p. 01, 25 de março de 1899.

⁴¹ Gumes, **O Sampauleiro**, 2018, p. 15, grifos nossos.

o amigo dedicado. Felizmente ainda se encontram alguns desses homens.⁴²

Dentre os aspectos utilizados por JG para valorizar a figura do sertanejo resistente, encontramos o forte apego do autor ao respeito das normas morais e dos valores considerados éticos. Fugir da moralidade da época não era uma opção para João Gumes e, desse modo, em seus escritos ele sempre buscava representar o sertanejo como um homem justo e respeitador dos costumes, como visualizado nos personagens de suas literaturas. Marcolino de *Os Analphabetos*, por exemplo, era um homem avesso às estruturas progressistas, algo ruim para JG, porém era trabalhador e moralmente correto, fato que o colocava como um indivíduo de boa índole e merecedor de muita consideração.

Gumes torcia o nariz para àqueles que, por serem pouco resilientes, se deixavam vender pelo sonho da imigração. O autor não via a região Sul como o destino correto para o sertanejo; no seu entender, o eldorado não existia e os mesmos problemas que os sertanejos encontravam em sua terra natal também estavam presentes no Sul do Brasil. As migrações eram incentivadas por vis aliciadores, corrompidos moralmente, que utilizavam da situação para lucrar sobre o pobre trabalhador sertanejo:

Os primeiros emigrados incitaram a cobiça de agiotas que emprestavam dinheiro aos emigrantes a juros de cinquenta e cem por cento; a exploração dos avarentos levava-os a aconselhar aos incautos o expatrio; muitos baianos tornaram-se aliciadores do pobre povo trabalhador, que arrebanhavam por meio de lisonjeiras promessas e levavam em numerosos grupos para São Paulo. Assim iniciou-se a corrente emigratória que até hoje está no vazo do nosso povo dos campos, ora tomando grande intensidade, ora diminuindo, conforme as circunstâncias.⁴³

Os aliciadores do povo sertanejo eram constantemente vistos em dias de feiras na cidade de Caetité, fato que deixava JG irritado, uma vez que as falsas promessas vendidas por essas pessoas eram cobradas com juros de até cem por cento sobre o pobre povo do Sertão. O pouco dinheiro conquistado em São Paulo, por vezes, não conseguia nem cobrir o empréstimo tomado para a realização da viagem.

⁴² Gumes, *Pelos Sertões*, 1927, p. 02.

⁴³ GUMES, *O Sampauleiro*, 2018, p. 227, grifos nossos.

Depois de conseguir um empréstimo abusivo, o sertanejo, então, partia pelas estradas sinuosas do Sertão sem recursos que permitissem uma viagem tranquila e rápida. Segundo o personagem não nomeado de *Pelo Sertão*, romance de João Gumes,

N'esse campo fazíamos todo o caminho a pé, ou a cavalo, se tínhamos a felicidade de possuir um matungo. Percorríamos Minas Gerais em toda a sua extensão e, **quando os viajantes não vinham reunidos em grupo, corriam o risco de serem assaltados em caminho por outros migrantes que, pouco dispostos ou nada ao trabalho, por meio do roubo, e até do assassinato, procuravam locupletar-se com o alheio.**⁴⁴

O citado personagem de *Pelo Sertão*, protagonista de toda a história, é construído na expectativa de abrir os olhos da população sertaneja, haja vista que ele se frustrou com às idas para São Paulo e só conseguiu se encontrar na vida quando passou a tomar conta de sua propriedade nos Sertões da Bahia:

Desgostoso e triste, ainda mais porque, quando me pude desembaraçar o meu triste negócio com a justiça, a minha lavoura estava toda destruída pela ausência dos cuidados que lhe eram indispensáveis e pelos ladrões que, nos tempos críticos, nada respeitam. **Falava-se muito na grande riqueza de S. Paulo, onde facilmente um homem laborioso e perseverante, em pouco tempo, consegue fartura. Resolvi-me a emigrar como os mais, entreguei a direção das minhas propriedades a um irmão e abandonei a Bahia.**⁴⁵

⁴⁴ GUMES, *Pelo Sertão*, 1927, p.12, grifos nossos.

⁴⁵ Gumes, *Pelo Sertão*, 1927, p.10.



Figura 05: Viajantes sertanejos, autor desconhecido, s.d.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Em suas obras, Gumes se coloca na dianteira da defesa do solo sertanejo. O pragmatismo do autor é evidenciado quando afirma que o Nordeste não prosperará caso o sertanejo continue seu intenso processo migratório. N'Os *Analfabetos*, N'O *Sampauleiro* e em *Pelo Sertão*, essa atitude de JG. fica translúcida com as mensagens de repúdio ao sertanejo que continuava com a prática nociva da migração.

Em dado momento, no livro *Pelo Sertão*, na tentativa de desfazer a ilusão do sertanejo em relação a São Paulo, Gumes faz um questionamento: “A Bahia é diferente de São Paulo?”⁴⁶. Em resposta, Gumes traz o seguinte ponto: “Por lá também muito esperam pelo governo; por lá também há falta de economia e previdência”⁴⁷. Desse modo, JG. tenta desmistificar a teoria errônea de que São Paulo faz um cidadão se enriquecer, objetivando desestimular a constante migração do sertanejo. Porém, conforme já abordado, os objetivos do autor eram podados com a ausência de cultura letrada no Brasil do início do século XX, sobretudo ao sertanejo migrante, principal foco dessa discussão.

Gumes sabia do melhor desenvolvimento econômico do Sul do Brasil, porém ele não aceitava a naturalização dessa diferença, que costumava colocar a culpa do atraso do Norte do país nos seus habitantes. Sobre a naturalização

⁴⁶ Gumes, *Pelo Sertão*, 1927, p. 11.

⁴⁷ *Pelo Sertão*, 1927, p. 11-12, grifos nossos.

da diferença entre as regiões do país, Albuquerque (2009, p.53) diz: “O antigo regionalismo inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre espaços como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça”. No fundo, é de conhecimento geral que o avanço das regiões Sul do país em direção ao progresso é totalmente relacionado às políticas governamentais, estas sempre ausentes no Norte e Nordeste do Brasil.

Euclides da Cunha, na escrita d’*Os Sertões* fornece três estruturas de análise da dinâmica vivenciada nos rincões do Nordeste: a terra, o homem e a luta. Cada uma dessas estruturas apresenta aspectos relevantes para a compreensão dos modos de viver em um espaço cheio de adversidades. Ao tempo que a terra impõe suas parcas condições, o sertanejo, por meio de sua labuta diária, pode criar mecanismos para um melhor existir: viver é adaptar-se. João Gumes parece concordar com essa lógica euclidiana; para ele, o meio é sim determinante de muitas relações vivenciadas pelo sertanejo, porém o campo da experiência tem seu valor – o sertanejo, antes de tudo, precisa ser um forte.

Estiveram presentes na escrita de JG. vários sertanejos fortes, resistentes às condições adversas impostas por seus meios e vencedores da intensa luta entre homem e natureza. Abaixo, destacamos alguns personagens das literaturas de João Gumes que tiveram como característica a intensa luta pela sobrevivência nos Sertões.

N’os *Analphabetos*, três personagens se destacaram por seus meios diversos de resistência. De uma mesma família, citamos Marcolino, Torquata e Zezinho: O primeiro, embrutecido pelas condições em que viveu, pensava apenas no trabalho, o qual realizava durante os sete dias na semana; Torquata, mulher forte e resistente às condições impostas pelo patriarcado, é representada pela força sutil que exercia sobre o seu bruto marido, que sempre negava os costumes modernos e a educação escolar aos seus filhos; Zezinho, personagem principal do livro, foi resistente às imposições do seu tempo e fugiu de casa para alcançar uma formação escolar.⁴⁸

⁴⁸ O romance *Os Analphabetos* foi analisado com maior atenção no trabalho de conclusão de curso de Diego Raian Aguiar Pinto, intitulado O “átomo invisível” na defesa dos ideais de progresso e civilização: João Gumes, Escritor Cidadão. Caetité, 1880-1930. Nesta produção, o autor analisa João Gumes como o responsável pela tentativa de modernização do Alto Sertão da Bahia.

No romance *Vida Campestre*, JG destaca a figura de Pedro Nunes, negro, descendente direto de ex-escravizados, muitas vezes subjugado por sua cor e origem. Pedro resistiu às imposições étnicas, políticas e econômicas sofridas pela etnia negra no Brasil recém-liberto da escravidão e, também por meio do trabalho duro e honesto, conseguiu obter posses e criar toda a sua família em uma condição razoável de vivência: “Pedro era, pois, inclinado ao bom e ao belo. A ordem, a simetria, a boa disposição em tudo quanto lhe pertencia, eram atestados do seu capricho e esmero”⁴⁹.

Por fim, o personagem não nomeado do livro *Pelo Sertão* também merece destaque, uma vez que conseguiu superar várias dificuldades que o mundo o proporcionou, como mortes, secas, roubos e golpes, para se reerguer por meio do seu trabalho honesto e pelo cuidado com seus bens:

Eu creio em Deus e conto com a sua providência; mas considero que, se ele deu-me duas mãos para o trabalho, uma cabeça para pensar, duas pernas para conduzirem-me d’aqui para ali; água em abundância n’esta parte, matos em outra, terras quentes e secas acolá, elementos próprio para todos os fins, em uma variedade admirável por toda a parte, e tantas e tantas riquezas naturais à nossa escolha; querermos mais sem empregarmos o nosso esforço, é duvidar da munificência celestial.⁵⁰

A partir de suas intensas lutas cotidianas, os sertanejos da escrita de Gumes apresentaram um final feliz, de muitas conquistas e de uma vitória grandiosa sobre as difíceis condições dos Sertões. A fixação em seus territórios foi o fator determinante para o sucesso desses sertanejos, uma vez que, segundo JG, “a riqueza do nosso território é imensa e, se adotarmos processos aperfeiçoados de trabalho entre nós, muito o aproveitaremos”. A mensagem de Gumes foi passada, mas infelizmente, pouco lida e ressignificada, já que as migrações continuaram a ocorrer com a intensidade de sempre, contribuindo fortemente para a estagnação dos Sertões brasileiros.⁵¹

⁴⁹ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 24.

⁵⁰ Gumes, **Pelo Sertão**, 1927, p. 10.

⁵¹ Conforme discutido, as condições da época não possibilitavam a inserção da grande massa nos poucos ambientes de ensino existentes. Desse modo, o analfabetismo continuava a ser uma das grandes pragas do Brasil republicano, fato que prejudicava a formação de uma cultura leitora. Nos sertões, essa problemática era ainda mais intensa, visto que os investimentos eram muito menores do que nos grandes centros. Evidentemente, João Gumes enquanto produtor de escritos, muitas vezes era podado pelo pouco consumo de suas obras. As mensagens eram expressas, porém muitas vezes não eram lidas.



Figura 06: Migração Rural Para As Grandes Cidades, Sebastião Salgado, 1997.

Fonte: Sebastião Salgado, Terra, 1997.

O filme *Bacurau* (2019), entre tantas representações possíveis sobre o Sertão, escolheu a resistência do sertanejo como aspecto de análise. Homens e mulheres de um pequeno território no interior do Nordeste brasileiro – cidade fictícia de Bacurau – escolheu ir de encontro aos processos políticos, econômicos e sociais que queriam dizimar sua comunidade. As ações dos sujeitos no tempo e no espaço modificam a história e, por isso, precisam ser analisadas. Ao tratar dos Sertões, escolher a perspectiva da resistência é, antes de tudo, não acreditar que os meios definem completamente os finais. Os indivíduos constroem a história. “– Quem nasce em Bacurau é o que? – Gente!”⁵².

Assim também entendia João Gumes. A relação entre o homem e o meio é sempre dialética: as forças exercidas por ambos são relevantes para a construção do social. Nos Sertões, mesmo com as duras realidades enfrentadas por muitos sertanejos, a resistência precisa ser sempre citada. JG, em grande

⁵² O filme *Bacurau* foi lançado no ano de 2019, sob direção de Kléber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. *Bacurau* apresenta um cenário distópico, no qual os habitantes do pequeno distrito de Bacurau estão sendo perseguidos por caçadores estadunidenses. Entre tantas representações, cabe destaque ao processo de resistência sertaneja às forças proporcionadas pelo meio, adverso em todos os sentidos. O filme ganhou o Prêmio do Júri no Festival de Cannes.

parte de sua obra, escolheu tratar o sertanejo como ser resistente, não refém da lógica estrutural presente nesse espaço.

3.2. A formação da “raça brasileira”.

A cultura patriarcal vigente no tradicionalismo da sociedade brasileira fez com que João Gumes construísse toda história da família do Maracujá, zona rural de Caetité, em cima da figura de Pedro Nunes. É a partir desse homem que o enredo de *Vida Campestre* é construído. A história de Pedro é a representação de muitos cidadãos de um Sertão recém-liberto da escravidão; de etnia preta, o personagem é determinado pela segregação étnica vigente na sociedade brasileira, o que faz com que JG. a todo momento evidencie essa condição do protagonista: “Pedro era zeloso em suas asseverações e orgulhava-se em ser tido como homem de bem e verdade. Era preto, mas negro não, que nunca serviu no fundo da cozinha de branco algum”.⁵³ Nesse trecho, a hostilidade das relações étnicas do princípio do século XX são evidenciadas; Pedro não era negro por não ser escravo, mas precisava reafirmar a sua condição de preto em qualquer diálogo com outro branco. Nesse momento, JG. demonstra que no Brasil havia uma hierarquia étnica assim organizada: branco, pardo, preto e negro.

Carvalho (2002) aponta que os caminhos da cidadania no Brasil não foram percorridos sem sinuosidades, pelo contrário, a cidadania dos negros, por exemplo, demorou para se concretizar, pois mesmo após a abolição, a cor da pele ainda era definidora das relações políticas, sociais e econômicas. O escravizado, recém-liberto, precisou continuar nas fazendas dos seus antigos senhores para conseguir alimentação e moradia, no mínimo. Alguns antigos escravizados migraram para as cidades, sem empregos fixos e com péssimas condições de sobrevivência.

Por outro lado, existiram negros que conseguiram sua liberdade antes da abolição em 1888⁵⁴, e o fator tempo, principalmente, fez com que estes, por meio

⁵³ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 24.

⁵⁴ José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil*, 2002 aponta que às vésperas da abolição, em 1887, os escravizados correspondiam à 5% da população brasileira (723 mil), número muito pequeno se comparado ao ano de 1822, em que os escravos correspondiam à cerca de 30% da população.

de muita luta, conseguissem possuir alguns pequenos territórios. Pedro Nunes, nosso personagem analisado, nunca foi um escravo, mas era descendente direto dos antigos escravizados, por isso ele se apresentava sempre como preto, não como negro. Ao que parece, Pedro herdou poucas terras de seus pais e, depois de trabalhar dia após dia, conseguiu aumentar suas propriedades, tornando-se um sujeito de razoáveis condições.

Aqui, cabe um pequeno debate: os atuais padrões de classificação étnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideram cinco grupos – branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Atualmente, intensas discussões acontecem em torno do termo ideal para definição da população negra, se seria negro ou preto. Para o IBGE, o termo negro refere-se a junção de pretos e pardos, o que dá a ele um sentido um tanto quanto ideológico. No presente, o termo preto passou a ser mais utilizado, principalmente com o objetivo de afirmar a cor da pele como definidora da etnia. O preconceito de marca existente no Brasil, como defendido por Nogueira (1998), obriga-nos a desenvolver tais discussões – os indivíduos de pele mais escura tendem a sofrer muito mais com o racismo imbricado nas estruturas brasileiras. No Brasil escravagista, era considerado negro o indivíduo que vivia sob o jugo da escravidão, e preto era aquele que gozava de liberdade, por isso algumas correntes defendem a extinção do primeiro termo e a utilização do segundo. No geral, as discussões sobre o assunto ainda estão abertas.

Além de Pedro, personificação de muitos sertanejos de parecidas condições, João Gumes apresenta outros sujeitos dos Sertões. É notado que a apresentação desses sujeitos é uma tentativa do autor em mostrar como o paradigma contemporâneo entra em choque com o tradicionalismo, haja vista que o autor apresenta uma relevante permanência nos solos sertanejos – a figura do grande fazendeiro, autoritário, prepotente e dominador.

Apresento, no estudo que verá o leitor, se for digno da sua atenção, além de outros intermédios secundários, que entram no conjunto harmônico como nos musicais de passagem, três tipos principais da classe agrícola: o pequeno lavrador que, em todos os tempos, nos proveu, nas épocas ordinárias, dos cereais e outros produtos da lavoura destinados ao consumo e mesmo exportação em pequena escala; o antigo fazendeiro, que mais se preocupa com a pequena pecuária e cultura do algodão – e o moderno fazendeiro, inteligente,

deliberado e solerte, que não confia em fofas grandezas e direitos herdados e que se fez pelo seu próprio esforço.⁵⁵

Esse antigo fazendeiro é representado pelo personagem Major Alexandrino, apresentado por Gumes da seguinte forma:

Como filho único, o major Alexandrino herdou a fazenda onde residia, muitos gados, grande número de escravos, joias e baixela de valor. Casando-se aumentou a sua fortuna em escravos, gados e dinheiro, mas em pequena quantidade porque seus sogros tinham muitos filhos. [...] A lei 13 de maio arrancou ao major bramidos de fera. Tomado de surpresa porque, no seu emperramento, considerava impossível realizar a abolição, providência alguma tinha tomado previamente de modo que continuasse o movimento agrícola de sua fazenda como dantes.⁵⁶

Major Alexandrino fez parte de uma elite conservadora de hábitos e de costumes, que não entendia a entrada de uma nova dinâmica na sociedade brasileira. Antigo escravocrata, viu sua fortuna ruir quando a lei áurea, de 13 de maio de 1888, aboliu a escravidão. Essa elite agrária, muito constante no Nordeste brasileiro, viu-se prejudicada econômica e politicamente, já que, legalmente, não teria mais os antigos privilégios aristocráticos. Por outro lado, esses fazendeiros continuaram a mandar e desmandar em suas regiões, tal qual é a representação do Major Alexandrino.

O Major Alexandrino era descendente, por estirpe, de uma orgulhosa fidalguia sertaneja, sendo ele a terceira geração dessa família, toda ela descendente dos grandes senhores de escravo do recôncavo da Bahia. JG expõe, na apresentação do major, um antigo escrito do século XVIII, que diz: “Ser senhor de engenho é título ao qual muitos aspiram, porque traz consigo o privilégio de ser servido, obedecido e respeitado”⁵⁷. Ter títulos de nobreza garantia alguns privilégios na sociedade brasileira colonial, o que acabou por proporcionar ao Major o sentimento de superioridade, porém as mudanças estruturais do final do século XIX ameaçavam esses privilégios; Gumes se utiliza dessa ameaça para representar uma grande preocupação: a sociedade sertaneja não estava entendendo a época moderna e mantinha costumes que não mais cabiam em um país republicano e sem escravidão.

⁵⁵ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. prefácio, grifos nossos.

⁵⁶ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 14.

⁵⁷ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 13.

Sobre os títulos de nobreza no Brasil Imperial, Antônio Luiz M.C. Costa (2014, p. 92) nos diz:

No Brasil imperial, seguindo o modelo napoleônico mais que o tradicional, os títulos eram concedidos em caráter não hereditário, como recompensa a mérito real ou suposto. Não implicavam fidalguia no sentido europeu do termo. A “grandeza” era concedida automaticamente a portadores de títulos de conde, marquês ou duque, mas só a alguns barões e viscondes, que podiam ser “com grandeza” ou “sem grandeza”. O tratamento para o portador de um título “com grandeza” (que não fosse da família imperial) era de Vossa Excelência ao se dirigir diretamente ao agraciado (“Farei como Vossa Excelência quiser”) e Sua Excelência quando referido a terceiros (“Leva este documento a Sua Excelência”). Para um título “sem grandeza”, era de Vossa Senhoria e Sua Senhoria

O título de Major, dado a Alexandrino, não é especificamente analisado por JG, mas, com base no estudo acima, percebemos que Major não é um título concedido pelo Imperador. Ao que parece, em *Vida Campestre*, o título de major é apropriado por Alexandrino, na expectativa de se diferenciar socialmente, uma vez que ele foi herdeiro de “grandes nobres”. Major é um título militar, condecoração mais alta de determinada categoria de militares. JG não deixa claro a participação do Major Alexandrino em postos da polícia ou do exército, apenas diz que ele esperava uma nomeação de tenente-coronel, solicitada de um chefe político com quem se comunicava. As relações políticas no Brasil sempre foram marcadas pelo paternalismo e pela troca constante de favores.

Fato é que o Major Alexandrino se utilizava de todo seu prestígio social para diferenciar os seus familiares do povo sertanejo, inferior ao seu ponto de vista:

[Major Alexandrino] conserva-se altaneiro, mão curvava a cerviz facilmente e era vítima de fofos preconceitos e caprichos, estranhando que homens da sua esteira tratassem com certo carinho indivíduos inferiores à sua classe ou que parecia, serem, pela cor, pela humildade da profissão ou pela exiguidade de meio de que dispunham para viver.⁵⁸

Depois de apresentado o pequeno lavrador Pedro Nunes e o antigo fazendeiro Major Alexandrino, cabe agora a apresentação do moderno fazendeiro, personificado na figura do Capitão Timóteo, homem honesto, trabalhador e inteligente, que conseguiu por meio do trabalho duro modificar

⁵⁸ Gumes, *Vida Campestre*, 1926, p.14.

suas condições econômicas, sem necessitar de nenhum tipo de herança. A figura do Capitão Timóteo é uma completa oposição ao Major Alexandrino, que se utilizava da sua condição no império para tentar se sobressair na república.

As relações étnicas são sempre determinantes na apresentação dos personagens de *Vida Campestre*. Em um primeiro momento, a partir de Pedro, JG apresenta um homem negro que busca determinada ascensão social por meio do trabalho honesto e duro. Assim se fez a apresentação:

Pedro Nunes era um crioulo de bem, como diziam e atestavam quantos o conheciam na redondeza do sítio onde ele morava desde a mocidade e que lhe deu o apelido porque era geralmente conhecido: 'Seu Pedro do Maracujá'. **Preto como fundo de panela, como diz o vulgo, longe de se lastimar e zangar-se com a natureza por tê-lo assim tingido**, parecia ter certa vaidade n'isso e, quando lhe lembravam essa circunstância elevava a voz, de meiga que era, e dizia: '**sou preto, mas não devo nada à pena de pato nem nasci olhando pr' o torno.**' **Queria dizer o Pedro que não alforriado por carta de alguém e que não nasceu escravo sujeito ao bacalhau.**⁵⁹

Sobre o Major Alexandrino, JG diz que,

(...) se não elevou bruscamente, como o primeiro dos seus ascendentes, da mais baixa camada às culminâncias; **que veio sendo depurado por algumas gerações abastardas e isentas de dificuldades, entre as quais figuravam alguns padres e doutores**, possuía algumas qualidades apreciáveis e em rapaz cursou uns dous anos aulas de humanidades.⁶⁰

Por fim, o Capitão Timóteo é visto como a mistura entre a etnia negra e a branca, sendo assim apresentado:

O capitão era um indivíduo de estatura mediana. **A sua tez morena, o seu corpo regularmente cheio**, a sua barba espessa e negra que se denunciava pela parte escanhoadada de um azul carregado, e fartos bigodes bem traçados; demonstravam, à primeira vista uma saúde de ferro.⁶¹

Nesse momento da história, o autor João Gumes traz suas concepções sobre uma temática extremamente estudada no Brasil entre os séculos XIX e XX: a formação do povo brasileiro. Para JG., o capitão Timóteo é a mistura das raças que deu origem ao brasileiro, povo batalhador e inteligente, bem como o

⁵⁹ Gumes, *Vida Campestre*, 1926, p. I, grifos nossos.

⁶⁰ Gumes, *Vida Campestre*, 1926, p. 13/14, grifos nossos.

⁶¹ Gumes, *Vida Campestre*, 1926, p. 15, grifos nossos.

citado capitão. Tal tese é comprovada quando o autor elabora sua teoria sobre as capacidades das etnias que coexistiram no Brasil. Observe:

No capitão Timóteo acentuavam-se os traços característicos da inteligente e altiva raça que se vem esboçando entre nós através dos séculos e da qual depende o progresso e grandeza futura do Brasil. Será ela a raça brasileira definitiva que, no futuro, ligada entre si, nos variados grupos que, obedecendo às diferenças de climas e condições locais, levemente destoarão do feral conjunto, – conservará, entretanto, a harmonia geral, será homoétnica nos seus traços gerais. Não devemos esperar que alguns dos elementos étnicos que concorreram para a nossa colonização, que o aborígene, o preto e o branco, venha a predominar nos séculos vindouros; mas o contingente que cada uma dessas raças trouxe para a fusão permanecerá mista.⁶²

Depois de ter apresentado os elementos étnicos pertencentes a etnia negra e a etnia branca, Gumes apresenta os aspectos étnicos fusionados pela mistura das duas, que somados aos nativos formam o conceito de raça brasileira, conforme o autor nomeou, e que é representado em sua literatura pelo Capitão Timóteo.

Ainda imbricado na teia racial, JG continua suas análises sobre a formação do povo brasileiro, agora especificando as contribuições étnicas dos negros e do branco para a formação do brasileiro. Para Gumes, “A raça branca, incapaz de resistir o ardor do clima, **recebeu o sangue cálido, e afeito aos ardores tropicais, do nosso autóctone, a quem por sua vez emprestou os seus traços característicos mais delicados e formosos.**⁶³

Depois de especificar as contribuições da etnia branca, Gumes diz que a etnia negra

(...) teve suavizados os terríveis ardores dos vastos desertos africanos, afez-se melhor que a raça nobre ao nosso clima suavizado pela imensas florestas e frescura das suas inúmeras caudais e, mesmo antes de fundir-se com outras raças, proliferou espécimens de traços mais corretos. A civilização, os hábitos unitários e tantas outras causas eficientes com que concorreu o branco para o nosso progresso moral e intelectual tiveram uma grande influência na formação da nossa raça, mesmo na sua aparência física.⁶⁴

⁶² Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 15, grifos nossos.

⁶³ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 15, grifos nossos.

⁶⁴ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 15-16, grifos nossos.

Por fim, com a junção das três etnias, forma-se a “raça brasileira”, com contribuições dos brancos, dos nativos e dos negros: “Cada qual dos elementos fundantes deu e recebeu em resistência física, em qualidades apreciáveis de moral e em germens de progresso intelectual e civilizatório”⁶⁵.

Depois da apresentação das concepções de raça de João Gumes, cabe agora a análise contextual desses discursos, a qual faremos principalmente com base nas ciências sociais, área que sempre se dedicou aos estudos sobre a formação racial do povo brasileiro. Os ideais de JG fazem parte de uma série de teorias racialistas sobre a mistura de etnias no processo de consolidação do Brasil, estas quase sempre de teor racista, que buscavam a estereotipação do povo negro, restringindo suas contribuições apenas à construção física do homem.

Uma das grandes problemáticas que envolveram o estudo da raça está ligada à transposição das teorias biológicas de evolução das espécies para o campo do social. Vários estudiosos das ciências sociais, fortemente influenciados pelo campo ideológico, transferiram a teoria de evolução das espécies, defendida principalmente por Charles Darwin (1809-1882), para o estudo da formação étnica da sociedade, a exemplo do estudioso inglês Herbert Spencer (1820-1903), que acreditou que o modelo de desenvolvimento das relações humanas seguia a lógica estrutural da natureza; a esse processo, as ciências sociais deram o nome de darwinismo social.

Entre as crenças das teorias sociais do darwinismo, cabe destaque às noções de dominação entre as raças, nas quais vários teóricos afirmavam que a etnia branca, vinculada principalmente à Europa, dominava as outras etnias por serem superiores e mais adaptadas aos contextos políticos, econômicos e culturais do mundo. O mais forte tende a prevalecer sobre os mais fracos e, por isso, baseado nessa concepção evolucionista da natureza, os europeus deveriam exercer sua força sobre as outras etnias, principalmente sobre a negra.

A forte base ideológica dessas teorias as colocava como instrumentos de justificação da lógica colonial que sempre dominou o mundo, com os europeus se sentindo no direito de dominarem o resto do globo. Partindo de bases racionais, essas pseudociências faziam deduções falhas, sem comprovações

⁶⁵ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 16.

empíricas e totalmente parciais. Para Skidmore (1976), as teorias pseudocientíficas racionalizadas tinham o interesse de postular a inferioridade inata dos não brancos, o que as fizeram ter grande popularidade entre os colonizadores, sedentos para encontrar justificativas de suas barbáries.

A visão poligenista, que considerava a origem da humanidade a partir de vários centros de criação, possibilitou a divisão do homem em raças, classificadas por meio de características físicas. As raças, então, foram estudadas biologicamente, sem mais uma vez deixar de lado a ideologia; nesse contexto, surgem a antropometria e frenologia, teorias que realizavam medições do crânio dos homens para determinar as suas capacidades. Certamente, tais estudos associaram o crânio dos homens negros às características negativas presentes na humanidade, como a servidão e a criminalidade, por exemplo; um outro bálsamo para os colonizadores.

Partindo desses pressupostos, o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) passou a desenvolver estudos baseados na frenologia e antropometria, que concluíram a presença do “gene da criminalidade” no corpo negro – o negro, então, deveria ser segregado para que a sociedade passasse por um melhoramento racial: “Na realidade, para os delinquentes natos adultos não há muitos remédios: é necessário isolá-los para sempre, nos casos incorrigíveis e suprimi-los quando a incorrigibilidade os torna demasiado perigosos⁶⁶.”

A solução para o melhoramento de raça não poderia ser outra a não ser a eugenia – fazia-se necessário construir uma seleção artificial das espécies, evitando de todos os modos o cruzamento entre negros e brancos com o objetivo de melhoramento da raça. O gene da criminalidade e da perversão não poderia mais ser reproduzido.

Por ser um país de intensas tensões raciais, o Brasil também seria acometido pelos discursos racialistas. Por outro lado, tais discursos encontraram no país tropical uma enorme especificidade: a presença do mestiço. As relações construídas no país não eram birraciais, conforme na Europa, por isso, as análises que seriam construídas deveriam recair sobre a mestiçagem. Assim fez Arthur de Gobineau (1816 – 1882), defensor do determinismo racial absoluto, que acreditava no progresso da civilização a partir do branqueamento da

⁶⁶ LOMBROSO, 2010, p. 8.

humanidade. Quando passou pelo Brasil, Gobineau ficou perplexo com a degeneração da raça, uma vez que a sociedade era majoritariamente mestiça. Segundo Skidmore (1976), Gobineau afirmou que a sociedade brasileira tendia a desaparecer por conta da degeneração da raça e, ainda, sugeriu o branqueamento da sociedade para o renascimento da civilização.

O discurso racialista foi consumido fortemente por pensadores brasileiros, com destaque para o advogado e jornalista Silvio Romero (1851-1914), os médicos João Baptista Lacerda (1846-1915), Roquette Pinto (1884-1954) e Nina Rodrigues (1862-1906), o escritor e jornalista Euclides da Cunha (1866 – 1909), e o sociólogo Gilberto Freyre (1900 – 1987). Os discursos raciais dos estudiosos citados apresentavam várias dissemelhanças, cada um mantinha as análises de mundo feitas por seus autores a partir de suas respectivas áreas, porém cabe destaque a uma simetria entre essas teorias: todos os autores desenvolveram estudos que estereotipavam as diferentes etnias existentes no mundo, mesmo sem uma base científica bem consolidada que permitiria tais estereótipos.

É na classificação étnica que os ideais de João Gumes se aproximam das teorias racialistas do século XIX e XX. Conforme apontado acima, o autor se utiliza do romance *Vida Campestre* para desenvolver suas teorias sobre a formação do povo brasileiro, chamado por ele de raça brasileira. JG segue a lógica estrutural das teorias racialistas produzidas em sua época – cabe lembrar que Gumes viveu entre os séculos XIX e XX, período de efervescência dos estudos sobre a raça. Como colocado por Cândido (2006, p. 30), os valores e as ideologias do autor definem o conteúdo de sua produção.

Um dos mais relevantes estudos de raça do período em questão é, sem dúvida, a associação do negro ao aspecto físico e do branco ao aspecto intelectual. Por muito tempo, muitos autores entenderam a etnia negra apenas como capaz de realizar trabalhos corpóreos e de resistir às adversidades da natureza. De modo contrário, o branco sempre foi associado à inteligência, apto para resolução das problemáticas do cotidiano. Os pés desses estudos ainda estavam sujos da antropometria e da frenologia, teses médicas extremamente parciais que objetivavam justificar os processos de colonização. As presentes associações chegaram no Brasil e se alastraram por todo território, inclusive nos Sertões da Bahia.

Ao analisar os estudos de João Gumes, é percebido que as teorias racialistas fizeram parte de sua formação ideológica, determinando suas concepções a respeito da raça. Os escritos presentes em *Vida Campestre* dialogam com as associações étnicas feitas no período; conforme apresentado, o autor caracteriza o negro, o branco e o mestiço nas figuras de Pedro, Major Alexandrino e Capitão Timóteo. O negro seria o complemento físico do branco, enquanto o branco seria o melhoramento genético e intelectual do negro. O resultado dessa troca seria o mestiço, a raça brasileira, bem provida física e intelectualmente.

A conclusão de João Gumes diverge da maioria dos estudos racialistas sobre a formação do brasileiro. Ao contrário daqueles que imaginavam que o povo tupiniquim seria mais frágil por ser mestiço, JG pensava que a junção de todas as etnias formaria um ser humano perfeito, acima de todas limitações físicas e intelectuais, o que é representado na figura do Capitão Timóteo, um ser mais evoluído que o preto Pedro, desprovido de grandes aptidões intelectuais, e mais evoluído que o branco Major Alexandrino, preguiçoso e sem nenhum vigor físico.

4. VIDA CAMPESTRE: PRATICAS CULTURAIS DO POVO SERTANEJO

A formação do homem João Gumes foi feita nas zonas rurais da Bahia, conforme apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação. Residiu por anos na fazenda Lagoa do Morro e no Baixio de Monte Alto, territórios não citadinos, sempre indicados por ele como locais de paz, tranquilidade e de intenso contato com a natureza. Em uma vida campestre, as condições de existência do homem são limitadas pelo meio físico, quase sempre dominado pelo sol que acinzenta as verdes vegetações e seca os extensos solos.

Por outro lado, o homem sertanejo é sinônimo de força e resistência, capaz de subverter a lógica natural e produzir uma série de práticas culturais em uma natureza nem tanto aprazível. A resistência do homem nos Sertões faz com que ele transforme as suas condições de existência, modificando as difíceis relações naturais por meio da sua criatividade. E, assim, cria-se no Alto Sertão da Bahia um conjunto de práticas culturais extremamente específicas, repletas de representações da vida cotidiana de uma espécie que precisa lutar para melhor viver.

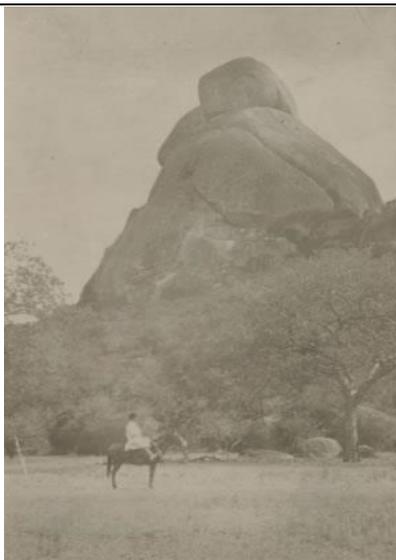


Figura 07: Morro do Pajahú, 'Baixio', Monte Alto, autor desconhecido, s.d.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Em meio às grandes secas, a raiz de mandioca sobrevive e fornece a base alimentar do sertanejo, já que de sua massa pode ser produzida a farinha, a tapioca e variados cozimentos. Tal como a mandioca, o homem do Sertão

precisou se adaptar às adversidades para produzir cultura onde ninguém considerou que pudesse ser produzido. Do contato do homem com os elementos naturais deriva as danças, as festividades, a religiosidade, a culinária e os valores, aspectos que serão trabalhados no decorrer desse tópico. Segundo Donna Haraway (1995) e Bruno Latour (1994), o ser humano está conectado em uma densa *rede*, preso a uma série de relações sociais e naturais com outros seres humanos e não humanos. O homem não consegue se dissociar do seu meio.

Ao falar sobre a vida campestre, o amor de JG. pelos sertões toma conta dos seus escritos, deixando o tom saudoso e ufanista evidente:

“A vida campestre é, pois, um reflexo do que guardo em minh’ alma, do que percebi e senti quando ainda se me afigurava a vida um caminho estradado de flores, que eu até o seu termo percorresse despreocupado antevendo n’este plano uma finalidade risonha e feliz.⁶⁷”

Para expressividade do forte sentimento que tinha pelos Sertões, João Gumes escreveu dois livros com objetivo de representar os costumes existentes nas zonas não litorâneas do seu estado – *Pelo Sertão* (1927) e *Vida Campestre* (1926). Para tanto, é notado o forte teor descritivo nos dois romances, evidenciando a pluralidade das práticas culturais do sertanejo. O exercício de descrição de JG. nos auxilia no entendimento do processo construtivo de hábitos da cultura local, representativos de uma região afastada dos grandes centros urbanos.

4.1. O trabalho e a cultura alimentar

No romance *Vida Campestre*, JG. apresenta uma família do Maracujá, zona rural do município de Caetité, conforme citado. Segundo o autor, a família de Pedro Nunes representava os costumes de uma região muito distante dos grandes centros de civilização que mantinha as tradições do povo sertanejo e que trabalhava honestamente para suprir as necessidades diárias, algo comum do homem sertanejo: “Chamamos a atenção do leitor para a gente humilde do

⁶⁷ Gumes, **Vida Campestre**, p. Prefácio.

Maracujá, perseverante no trabalho, de uma conduta irrepreensível, vivendo sempre farta e satisfeita em sua modesta posição”.⁶⁸

Sempre ao apresentar o homem sertanejo, JG se utiliza da escrita descritiva, com o objetivo de suprir a sua vontade de abordar as inúmeras práticas culturais vivenciadas nessa zona do país. Ainda, o autor buscava sempre valorizar a ação humana sobre a natureza – a hostilidade do natural, segundo ele, não poderia fazer com que o homem deixasse de produzir. Assim fazia Pedro Nunes:

Tudo enchia agradavelmente o tempo na modesta vivenda de Pedro, que tinha sempre os celeiros abarrotados, garantida a subsistência de sua família e uma tal ou qual independência. Só uma cousa desgostava o nosso velho herói: - a mandioca nas caatingas não atravessa duas águas, ao passo que, nos carrascos dos gerais, a jacobina e a catarina são duradoiras, aquela chegando a se conservar no chão, sem se alterar, até por doze anos, e a tola, que é de rápido desenvolvimento como a quiriquiri e pode ser manchada por seis meses, dá uma obra gostosa, alva como cambraia e é procurada de preferência, pelos meus senhores, a toda e qualquer outra. Entretanto Pedro se consolava considerando as vantagens que oferecia o terreno das caatingas sobre os carrascos e gurungas dos gerais para a cultura do arroz branco, para as pastagens, muitas das quais são naturais, para o rápido engrossar das capoeiras, e para a engorda de porcos e para a criação de toda a sorte dos animais.⁶⁹

É evidente a valorização da ação do homem: se determinado território não fosse apropriado para o cultivo da mandioca, Pedro, por ser esperto e laborioso, o adaptava para o plantio do arroz branco e de pastagens para o animal. Assim deveria ser o sertanejo segundo JG: criativo para subverter a ordenação cruel do natural e trabalhador para suprir suas necessidades básicas. O tom descritivo é percebido na citação acima, na qual Gumes faz questão de citar os diferentes tipos de mandioca que são cultivados na propriedade de Pedro Nunes para expressar a diversidade existente nos Sertões.

Da mandioca, raiz representativa do Nordeste do Brasil, era feita uma imensidão de bolos e guloseimas, além do produto base do povo sertanejo: a farinha, tanto a fina quanto a tapioca, era utilizada para o cozimento de beijus, que podem ser doces ou salgados. Todos os produtos derivados da mandioca eram utilizados para a subsistência e para a expressão de gratidão às pessoas

⁶⁸ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 108.

⁶⁹ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 03.

queridas, que comumente eram presenteadas com quilos de farinha ou com bolos caseiros.⁷⁰

Pedro e Quirino, suarentos, com os lustrosos bustos ebâneos desnudos, impeliam as manivelas, Catarina cevava o molinete e, depois raspadas as raízes por todos, Teresa e Rufina abriam as palmas de oricuri para a cama de prensa e espremem a tapioca. Seguia-se o enxurgo da massa na prensa, depois a torrinho manejarem os rodos, no que eram peritos; pois a farinha que eles torravam era gabada em todo o distrito, por ser redonda, escoimada de todo e qualquer corpo estranho e própria para guardar por muito tempo; não tinha amarujo, por ser bem seca, e não embolorava. Catarina e as filhas não ficavam a dever aos dous varões no asseio dos bejus, que fabricavam, tanto moles, para serem comidos frescos com manteiga, como cortados e dobrados em alvíssimos losangos, de colher, quer de massa bem torrada, quer de pura tapioca e até temperados, feitos de massa e tapioca, condimentados com doce e especiarias, que faziam para presentes ou mesmo para o regalo da família. As mulheres, além disso, eram quem fazia a puba tanto em pó como em pães e, n'este fabrico como do da tapioca, no preparo de toda a sorte de bolos e biscoitos, dos manuês e das diversas guloseimas em que se transformam os produtos da mandioca e do milho, ninguém levava as lampas a Catarina e ás filhas no asseio, preparo e agradáveis combinações.⁷¹

Toda a família sertaneja estava envolvida nesse processo. Pessoas do sexo masculino e feminino tinham suas funções na fabricação dos derivados da mandioca, ficando as primeiras com os serviços primários, como a colheita e o tritramento da raiz, e as segundas com as atividades relacionadas ao cozimento, produzindo a farinha e o beiju, por exemplo. Geralmente, as famílias sertanejas produtoras de farinha mantêm ao lado das suas residências um espaço próprio para essa fabricação, conhecido popularmente como casa de farinha. Aquelas de menor condição utilizam a casa de farinha da família vizinha e, em troca, repartem a produção. Em tempos de produção, toda a comunidade é envolvida, gerando emprego e renda para os comunitários.

Ainda sobre a cultura alimentar, JG. continua seu processo de descrição, representando os modos de como as refeições cotidianas do sertanejo são feitas, principalmente o café da manhã e o almoço, mais importantes do dia.⁷²

⁷⁰ Ao escrever sobre essa prática sertaneja, minhas lembranças vão de encontro a minha vó Adelina, da fazenda Barrinha, e da minha tia Lia, da fazenda Anguá, ambas que sempre presenteavam minha família com quilos de farinha, beijos e bolos caseiros. Um desses bolos era a brevidade, quitute à base de ovos, açúcar e amido de milho, feito com maestria por tia Lia, a quem muito considero.

⁷¹ Gumes, **Vida Campestre**, 1926. p. 02 e 03.

⁷² A respeito da cultura alimentar no Alto Sertão da Bahia, também meu local de vivência, empiricamente percebi que a comida representa outros tantos aspectos simbólicos da cultura.

Sempre gentil, o meu bondoso hospedador serviu-me uma xicara de café simples, saboroso e aromático, segundo os hábitos sertanejos, seguindo-se, uma hora depois, o café dobrado com leite, bolos, uma amostra de requeijão quente, e queijo, que rivalizava o mineiro, fabricado ali mesmo. A propósito, informou-me o velho lavrador que mantinha um certo número de vacas leiteiras de escolha em baixadas úmidas povoadas de bengo, e assim podia fabricar esse laticínio de seca e verde. Que isso lhe dava muito lucro, pois os seus queijos eram muito acreditados e procurados até nas Lavras Diamantinas, para onde exportava em grande quantidade. Terminou fazendo-me presente de alguns.⁷³

O cardápio era farto, mas, à primeira vista, parecia-me grosseiro e esquisito para os delicados gastrônomos citadinos. Verifiquei depois o contrário. Sobre alva toalha de algodão de terra, predominante, no centro da mesa, a lendária sopeira a transbordar os feijões cozidos. O mais eram pratos contendo cônicas rimas de arroz alvíssimo, quartos de borregos estufados e chamados de rodela de cebolas e limão verde; costelas fritadas e afogadas; frango recheado de miúdos e batatas inglesas. Saborosos chuchus em larga sartan de barro chamuscado, recobertos de loura camada de ovos estrelados; molhos picantes e em tudo, estralejantes, purpurinos tomates miúdos, pimentões escarlates e de cheiro e outros variados enfeites culinários.⁷⁴

Nos excertos anteriores, alguns pontos logo chamam a atenção do leitor, principalmente a hospitalidade, a fartura e o asseio dos sertanejos representados por JG. A escolha do autor em descrever essas características demonstra a sua admiração pelas práticas populares dos viventes dos Sertões baianos. As refeições descritas mostram um Sertão diferente daquele representado pelo senso comum, refém das condições climáticas e dos poucos investimentos governamentais, o que reforça a tese do autor de que com o trabalho duro é possível se desenvolver nesse espaço.

Analisar práticas culturais de um povo, a exemplo da culinária e do trabalho, pressupõe buscar entender a expressividade de “emoções coletivas, representantes de uma identidade local. Por meio do cotidiano local, podemos compreender o sentimento de partilha cultural de um povo. Conforme defende Moesch (2002, p.45), a “[...] expressão das emoções coletivas constituem uma

Comer é mágico! As refeições envolvem música, festas, rezas, sociabilidades, afetividades, entre tantos outros aspectos. Por compartilhar as refeições comigo, agradeço de modo afetuoso a toda minha família, principalmente a minha mãe Jacira, quem me criou e forneceu minhas principais alimentações.

⁷³ Gumes, **Pelo Sertão**, ano, p. 15.

⁷⁴ Gumes, **Pelo Sertão**, 1927, p. 04

verdadeira 'centralidade subterrânea', um irreprimível querer viver, que convém analisar".

Para Certeau (2008), narrar práticas comuns de um povo é uma importante maneira de entender as dinâmicas de uma sociedade. As práticas cotidianas possuem sentidos que precisam ser estudados, visto que elas conseguem representar conceitos que, por vezes, não são examinados por uma análise estrutural. No exercício de suas ações cotidianas, os indivíduos expressam aquilo que representam suas realidades. *Vida Campestre* é uma importante análise deixada por Gumes sobre o cotidiano do povo sertanejo.

Ao longo de todo livro, Gumes continuou seu processo de exaltação da vida simples do sertanejo trabalhador, sempre aberto aos bons sentimentos e ao ato de partilha com seus iguais. O trabalho diário permitia ao sertanejo cuidar bem de sua residência, deixando o terreiro e a casa sempre bem asseados, e suprir suas mesas com a farta alimentação do campo, indispensável para o bem viver, segundo JG.

O trabalho é a fonte de transformação da natureza. Por meio dele, os homens utilizam sua força para produzir os seus meios de subsistência, por isso entender a dinâmica do trabalho é pensar nas maneiras como acontecem as modificações estruturais de uma sociedade. De acordo com Marx (1988), os objetivos da produção humana em torno do trabalho definem as relações sociais vivenciadas no cotidiano de uma sociedade. Desse modo, compreender o significado do trabalho para o sertanejo do Alto Sertão da Bahia objetiva o entendimento das relações que se constroem em torno desse território.

Antes mesmo do meio definir as condições do sertanejo, a labuta diária era totalmente necessária, algo que sobrava na família de Pedro Nunes, por exemplo, o que explicava seu progresso, mesmo sendo negros em um Brasil recém-liberto da escravidão: **“Um homem pobre que sabia manejar uma foice, um machado e uma enxada, sendo bem disposto e honesto, tinha fortuna nas mãos”**.⁷⁵

4.2. Entre o sagrado e o profano: a religião e as festividades no Alto Sertão da Bahia

⁷⁵ Gumes, *Vida Campestre*, 1926. p. 08, grifos nossos.

Supridas as necessidades básicas de alimentação e de trabalho, o sertanejo desenvolve outras variadas práticas culturais, muitas delas ligadas à religiosidade, elemento determinante das relações sociais desenvolvidas no Alto Sertão da Bahia, uma vez que quase todos os valores e festividades eram ligadas ao pensamento cristão. Desse modo, ao longo dos escritos de JG. percebemos a devoção dos sertanejos aos santos católicos, especialmente os de junho, mês de grandes festas no Sertão.

Logo no começo do livro *Vida Campestre*, João Gumes descreve a religiosidade de Pedro Nunes:

Pedro era religioso e, n'este assunto, de um radicalismo tal, que não consentia se pronunciasse o nome do diabo no seio de sua família, concedendo apenas que, em caso de ser preciso referir-se alguém ali a tão feia e repugnante criatura se o chamasse xujo, coisa ruim ou por outra denominação assim, isso mesmo benzendo-se para afugentar o maldito.⁷⁶

Pedro e sua família guardavam todos os dias santos, sem exceção. Rezavam o terço cotidianamente e tinham uma devoção especial a Santo Antônio, a quem Pedro se considerava grande devedor por conta das graças alcançadas. O sertanejo cristão mantém a prática de orar em família sempre depois do pôr do sol, dando graças ao dia de trabalho que se encerra e pedindo para que Deus abençoe o próximo dia.⁷⁷

À noite, quase sempre, quando a gente não estava abarbada na casa com serviços inadiáveis, rezava-se o terço diante do oratório, todos muito compungidos e respeitosos à vista das imagens iluminadas, refulgindo a escassa luz nos seus doirados resplendores. Pedro tirava e os demais respondiam.⁷⁸

Em junho, quase todo Alto Sertão vira festa com a chegada do aniversário dos três santos do mês, Santo Antônio, São João e São Pedro. O sagrado se mistura com o profano, transformando a devoção dos campônios em grandes festas populares, com o tradicional forró, dança típica popularizada no Nordeste

⁷⁶ Gumes, **Vida campestre**, 1926, p. 05.

⁷⁷ Novamente, os escritos de João Gumes me fazem recordar da minha vida, especialmente daqueles dias que eu passava na zona rural, na fazenda Barrinha. Todas as noites, sem exceção, rezávamos o terço agradecendo as bênçãos cotidianas. Faziam-me companhia meus irmãos, Rodrigo e Júnior, meu tio Vicente, minha tia Anita e minha vó Adelina.

⁷⁸ Gumes, **Vida campestre**, 1926, p. 06.

brasileiro, e a mesa farta dos mais variados tipos de comida. Destas, cabe destaque aos quitutes derivados do milho, geralmente colhido nessa época do ano: canjica, mingau, milho cozido e assado, o fubá e o cuscuz.

Nas festas de junho, é comum a reunião de toda família em torno de uma grande fogueira, onde todos rezam, comem e bebem enquanto jogam conversa fora e dispensam amor àqueles que sempre estiveram por perto. Sem dúvidas, as festividades do mês de junho se consolidaram como principais práticas culturais do Alto Sertão da Bahia. Como representação dessa prática cultural, JG aborda sobre o São João na fazenda Maracujá: ali, Pedro Nunes, “na véspera do dia de S. João Batista não dispensava a sua fogueira com o ramo enfeitado de flores e frutos que eram oferendas ao santo precursor, a reza e ladainhas às quais ocorriam muitas famílias convidadas e que eram afeiçoadas à família”⁷⁹. Nos finais da fogueira, batatas doces são enterradas no carvão para que possam ser assadas e comidas no café da manhã do dia posterior.

João Gumes abre espaço para as representações da Folia de Reis, tradicional festa dos Sertões nordestinos, cultura religiosa que remete à história bíblica da visita dos três reis magos ao menino Jesus. Também conhecida por reisado, essa tradição sertaneja geralmente se inicia no dia 25 de dezembro, data do nascimento de Jesus, e se encerra no dia 06 de janeiro, dia dos Santos Reis. Novamente, a religiosidade se mistura com o profano, uma vez que as rezas em favor dos Reis Magos são feitas com muita musicalidade e dança.

É tradição nos Sertões da Bahia, principalmente, a formação dos ternos de Reis, grupos que se unem para o louvor em movimento – tradicionalmente, os ternos de Reis saem de suas residências no dia 25 de dezembro para visitar toda vizinhança. Ao chegar nas portas, é comum que os reiseiros gritem “Viva Santo Reis!”, com os vizinhos respondendo “Viva!”. Feito isso, os ternos entram nas residências e fazem todas as orações em formato de cantigas e movimentos de dança. Como recompensa, recebem uma mesa farta dos mais variados alimentos e bebidas, além de ganharem diversos presentes, que vão sendo acumulados até a data final da festa.

Em *Vida Campestre*, o terno de Reis era de responsabilidade de tio Brás, vizinho de Pedro Nunes. Era prática constante de Brás a formação do terno de

⁷⁹ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 05.

Reis, o que fazia com muito gosto e alegria. Como era costume do reisado, o terno de Brás saía do Maracujá na noite de natal em direção as casas vizinhas entoando suas canções de louvor aos Santos Reis. O Sertão ficava em festa.

A prática cultural do reisado é uma tradição comunitária, desenvolvida em torno das pessoas que compõem determinada comunidade. No Sertão, a folia de Reis é gerida de modo artesanal, com toda montagem feita pelos amantes da cultura e tradição; as roupas, as composições, as danças e os instrumentos são construídos pelos comunitários, homens e mulheres que escolheram a devoção aos Santos Reis⁸⁰.

Nos escritos de João Gumes sobre o reisado encontramos certa dualidade: ao tempo que percebemos a valorização dessa cultura popular do sertanejo, o autor se preocupa com os “ociosos que fazem d’isso um lucrativo meio de vida viajando léguas por espaço de cerca de vinte dias”⁸¹. Gumes parecia não considerar boa prática a utilização da fé para a obtenção de ganhos, tal qual fazia tio Brás, que se sustentava por meio dessas festividades:

Ele, a mulher, filhos, genros e netos atravessavam a serra e, depois de uma excursão de vinte dias a mais, na qual exibiam o bumba-meu-boi, a burrinha de ouro, a ema e outras danças e cantatas, voltavam aos seus penates conduzindo farta provisão que dará para um grande regabofe, sobrando ainda o que venderem no mercado.⁸²

Ao continuar sua crítica, JG afirma que muitos sertanejos visualizavam o dia dos Santos Reis apenas como um meio de lucro e, com o passar dessa festa, logo encontram outras de

menor lucro como a bandeira de São ou Santa Fulana a esmolar o pretexto de uma missa votiva anual, de ladainhas ou novenas com leilões. **Isso ia atraindo e colhendo as benesses que, à sombra de uma Nossa Senhora qualquer ou outro santo, iam dando para a magra pitaça até que viesse o tempo das colheitas;** pois muitos desses foliões eram lavradores e não deixavam nos intervalos de cultivar as suas terras.⁸³

Conforme apresentado, Gumes se portava como ferrenho defensor do trabalho duro e honesto. Qualquer fuga desse padrão não seria vista por ele com

⁸⁰ **Cultura popular e educação.** Organização René Marc da Costa Silva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008.

⁸¹ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 108.

⁸² Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 109.

⁸³ Gumes, **Vida Campestre**, p. 109, grifos nossos.

bons olhos; justamente por isso, criticava os indivíduos que deixavam o dia de trabalho para dançar e cantar na folia de Reis. Além disso, percebe-se no fragmento exposto que JG olhava para essas festividades como o exercício de uma religiosidade não formal, o que parece incomodá-lo substancialmente. Os santos seriam apenas pretextos para esses indivíduos vadiarem e abandonarem os seus afazeres.

Para desenvolver sua visão sobre os ternos de Reis, Gumes busca a explicação histórica da formação desses grupos. Para ele,

Há cerca de quarenta anos essa profissão rendia muitos e maiores proveitos e havia ranchos que percorriam mais de um município levando animais cargueiros para o transporte dos presentes que ricos fazendeiros ofereciam com liberalidade, havendo d'eles, antes da abolição do cativo, que acolhiam com prazer esses ranchos, davam-lhes dinheiro, novilhos e animais miúdos.⁸⁴

Por vezes, as opiniões de JG saem da mera exaltação e adentra no forte campo da crítica, algo comum na vida do escritor, que não costumava entender o mundo de forma pronta e acabada. Além disso, percebemos que os seus escritos sobre religiosidade, principalmente, continham uma forte ideologia da sua crença espírita, orientadora da visão metafísica sobre o universo. Para Reis (2010), a religião espírita é uma instância formadora de importante relevância na construção do sujeito Gumes, sendo uma das bases de sua formação como homem, escritor e cidadão. Muitas das sociabilidades de JG foram construídas dentro da religiosidade espírita.

Gumes, a partir de sua religião, descrevia outras práticas religiosas, a exemplo da religiosidade de matriz africana, sempre criticada pelo autor. Ainda, vale ressaltar que as críticas sobre as religiões de origem africana eram muito mais fortes e diretas, diferentemente das críticas ao catolicismo, apaziguadas com alguns escritos que exaltavam a fé do sertanejo, como foi visto nas descrições sobre o São João e o reisado expostas acima. Esse fato diz muito sobre o conservadorismo do autor e do Sertão no século XX⁸⁵.

⁸⁴ Gumes, *Vida Campestre*, 1926, p. 109.

⁸⁵ Sobre essa questão, o trabalho de Danielly Pereira Santos e Diego Raian Aguiar Pinto - *A emergência da intelectualidade conservadora nos sertões da Bahia: Alfredo Silva e João Gumes - discute sobre o conservadorismo no Alto Sertão da Bahia no século XX*, representado, principalmente, pelos dois intelectuais de maior notoriedade nesse espaço, João Gumes e Alfredo Silva.

Gumes adentra no campo das religiões de matriz africana ao abordar sobre a prática dos benzedores, conhecedores de ervas e remédios que desenvolvem tratamentos naturais e caseiros a enfermos de diversos tipos. A figura do benzedor é muito respeitada nos sertões nordestinos, já que ele é visto como grande conhecedor do meio e manuseador da natureza para transformação dos inúmeros males que acometem o sertanejo. Muitos campônios acreditam mais nos tratamentos feitos por essas pessoas do que em qualquer recurso terapêutico médico.

Sobre a crença sertaneja na figura dos benzedores, João Gumes Em *Vida Campestre* diz:

Muitos dos nossos campônios, quando criteriosos e bem-intencionados, conhecem mezinhas e métodos terapêuticos que herdaram de seus antepassados e, em falta de médico, - porque um só clínico muita vez tem que prestar os seus serviços a uma extensa região e não pode acudir a toda a população que necessita dos seus serviços - **conseguem com ervas aromáticas, raízes e flores, restituir a saúde a muitos enfermos.** Muito influi, para o bom êxito do tratamento dos seus doentes, uma dieta e resguardo excessivos, o asseio e a alimentação escolhida.⁸⁶

No maracujá, Catarina, esposa de Pedro Nunes, era a médica, a farmacêutica e a enfermeira – o que pressupõe a importância local de um benzedor. Segundo o autor,

Ninguém melhor que ela prepara uma purga de caninana, paulista ou resina; ninguém melhor sabia medir as quantidades e tomar as precauções indispensáveis na farmacopeia do uso campestre e, como enfermeira, ninguém mais escrupuloso no ministrar as mezinhas, os caldos, os mingaus, regular a dieta e dirigir o resguardo. **Além disso, sabia rezar o mau olhado, espinhela caída, carne quebrada e erisipela.**⁸⁷

Gumes, porém, faz um alerta: é necessário cuidado para que não confundamos os benzedores bem-intencionados com os “curandeiros de profissão”, esses relacionados às religiões de matriz africana, muito comuns nos Sertões: “Esses, bem-intencionados, que não são curandeiros de profissão, **não**

⁸⁶ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 92, grifos nossos.

⁸⁷ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 06, grifos nossos.

devem ser confundidos com os pais de terreiro que usam mendracas para iludirem os ingênuos”.⁸⁸

O pensamento de Gumes é paralelo à ideologia dominante da época. Entre tantas perseguições às práticas culturais de origem africana, no código penal de 1890, artigo 157, a sociedade brasileira proibia “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar cura de moléstias curáveis e incuráveis, enfim fascinar e subjugar a credulidade pública”.⁸⁹ O julgamento de valor de JG. perante às religiões afro-brasileiras é incoerente em vários pontos, porém chama atenção a proibição das correntes espíritas via código penal, sendo que ele tinha o espiritismo como corrente religiosa. Aos olhos do governo e da sociedade, o candomblé e o espiritismo estavam em um mesmo patamar religioso, embora muitos espíritas ainda hoje cultivam o sentimento de superioridade religiosa em relação as religiões de matriz africana.

Historicamente, o Estado sempre se preocupou em punir as práticas culturais de origem africana, sendo elas consideradas impuras, subversivas e ligadas à vadiagem. O samba, a capoeira e o candomblé são três exemplos; o último, inclusive, sofre até os dias atuais intensas perseguições. A associação do candomblé à magia sempre foi o motivo principal para que as perseguições acontecessem, conforme discute Yvonne Maggie (1992) – muitas pessoas consideram as religiões afro-brasileiras como capazes de provocar malefícios por meios ocultos.

A família do Maracujá era fervorosamente católica, conservadora de todos os costumes do cristianismo, o que não impedia o exercício da curadoria, historicamente associada à prática do candomblé. A figura do benzedor, quando católico, era aceita e valorizada por Gumes, sem a utilização de mecanismos jocosos de escrita, ao contrário do que acontece com as práticas curativas exercidas por alguém que não pertence ao padrão religioso do período, como o Pai Manduca, ao que parece, líder religioso de um terreiro de candomblé.

O personagem Pai Manduca não é totalmente caracterizado em *Vida Campestre*. Sua origem não é exposta por Gumes, que deu espaço ao personagem apenas nos momentos de festas, uma vez que o personagem era também conhecido por ser instrumentista, animador de casamentos e de festas

⁸⁸ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 92 – 93, grifos nossos.

⁸⁹ República Federativa do Brasil, Código penal do ano de 1890.

religiosas. O título de Pai concedido a Manduca é o principal indicativo de participação do personagem ao candomblé – Pai ou Mãe de santo é uma figura paternal dos terreiros de candomblé, responsável pelo cuidado de todas as pessoas ligadas a essa religião.

Pai Manduca também era um benzedor, ligado às diversas práticas curativas dos sertanejos do Maracujá e região, porém, por ser associado ao candomblé, o conhecimento medicinal de Pai Manduca é visto de maneira pejorativa por João Gumes, que o relacionou aos pais de terreiro que “iludem os ingênuos”. No pouco que foi representado, Pai Manduca sempre foi colocado de maneira jocosa:

Pai Manduca, **o mesmo folgazão**, por alguns anos manteve a sua charanga até que, em 1899, tornando-se-lhe escassos os recursos, **meteu-se a curandeiro de capanga, mas curandeiro oficial e captromante**, que d’antes já ministrava mezinhas e raízes contra mordedura de cobras e algumas moléstias, não deixando, em todo o caso, de ajudar a sua terapêutica com rezas, benzeduras e pitiguás que pendurava ao pescoço dos seus clientes.⁹⁰

A análise dos personagens Catarina e Pai Manduca deixa evidente que João Gumes utiliza pesos e medidas diferentes para avaliar os benzedores no Alto Sertão da Bahia. O pensamento de JG. encontra eco em quase toda sociedade brasileira do século XX, repressora das inúmeras práticas culturais do povo negro, descendente direto dos antigos escravizados. Nesse ponto, percebemos o que foi falado sobre as muitas incoerências encontradas na análise do homem JG – mesmo escrevendo um romance com um homem negro como protagonista, o discurso do autor cai na generalidade da época ao tecer diversos comentários que fazem parte do ideário escravocrata do século XX. Os ideais sobre a formação da “raça brasileira” e os julgamentos das religiões de matriz africana são exemplos do ideário em questão.

No *A Penna*, João Gumes continua a desenvolver seus pensamentos a respeito das religiões, das práticas curativas do sertanejo e sobre a modernização do processo científico. O pensamento expresso no jornal não se afasta dos ideais representados na literatura do autor, pelo contrário, uma ideia sempre complementa a outra, por isso nossa análise se pauta na compreensão

⁹⁰ Gumes, **Vida Campestre**, 1926, p. 113, grifos nossos.

da obra literária e do contexto em que ela foi escrita, nesse caso representado pelo jornal.

Mais especificamente em dois editoriais do *A Penna* – 15 de fevereiro de 1889 e 29 de março de 1905 – JG. fala sobre a coexistência das práticas naturais de medicina com o avanço da ciência; no seu entender, as duas poderiam facilmente andarem juntas, porém, novamente, o autor alerta os cidadãos sobre o perigo de frequentar terreiros de candomblé para buscar a cura, já que para ele os terreiros promoviam apenas a enganação dos seus frequentadores.

Um fator histórico que intensificou a crença nos benzedores do sertão foi a ausência de médicos, personagens muito raros nos longínquos interiores brasileiros. Justamente por isso percebemos nos escritos de Gumes a valorização dos campônios que assumiram esse papel sem fins lucrativos ou religiosos, além de visualizamos nos editoriais do seu jornal variadas propagandas sobre farmácias de produtos naturais e medicamentos “milagrosos” responsáveis por curar inúmeras doenças. O sertanejo precisou se adaptar as intensas adversidades proporcionadas por seu meio.

The image shows a page from the newspaper 'A Penna' dated September 2, 1926. It contains three advertisements for natural remedies:

- VERMICIDINA:** An advertisement for a vermifuge, describing its effectiveness against various worms and its safety for all ages. It is prepared from vegetable matter and is recommended for intestinal parasites.
- ELIXIR DE NOQUEIRA:** An advertisement for a medicinal elixir, stating it is used successfully for various ailments. It includes a list of ailments and a small illustration of a bottle.
- Elixir de Japonaria Composto:** An advertisement for a blood-purifying elixir, formulated by Dr. C. Melrelles. It is described as the best for treating syphilis, congenital or acquired, rheumatism, and skin diseases. It is available at the 'DEPOSITO-Pharmacia e Drogeria Melrelles' in Bahia.

At the bottom of the page, there is a note: 'LABORATORIO E DEPOSITO GERAL - DROGARIA E PHARMACIA GALDINO, Rua dos Drogatistas 6 e B - BAHIA. VENDE-SE EM TODAS AS BOAS PHARMACIAS E DROGARIAS.'

Figura 08: Jornal A Penna, 02 de setembro de 1926. Parte inicial da folha 03.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Na imagem, notamos a presença de três remédios naturais responsáveis pela cura dos males que assolavam o sertanejo. Ao longo do *A Penna*, grande parte dos anúncios eram de medicamentos naturais, principalmente voltados para a cura de vermes e resfriados. Os medicamentos, geralmente, eram vendidos em formatos elixires e garrafadas.



Figura 09: Jornal A Penna, 02 de setembro de 1926. Parte Final da folha 03.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Em uma mesma página de Jornal, no total encontramos oito anúncios de produtos médicos, destinados à cura de diversas enfermidades humanas, entre elas vermes, doenças do sangue, resfriados, sífilis, reumatismo, enfermidades nos pulmões, organismo frágil, gripes, asma, coqueluches, tosses, entre outros. De origem natural e caseira, a maioria desses medicamentos mantém suas bases ligadas às tradições populares, passadas pelos mais antigos de maneira oral, fruto de um conhecimento ligado ao processo de dominação do seu meio.

Ainda no campo religioso, em determinado momento de sua existência, João Gumes passou a ser duramente criticado pela Igreja Católica do município de Caetité, muito por conta da sua escolha pelo espiritismo ao invés da fé cristã católica. Gumes foi um dos grandes responsáveis pela propagação da doutrina espírita no Alto Sertão da Bahia. A perseguição foi materializada no dia 25 de outubro de 1918, quando o bispo da diocese de Caetité, Dom Manoel, registrou uma escritura de palavras muito fortes contra a “propaganda em favor dos protestantes” feita por Gumes no jornal *A Penna*.

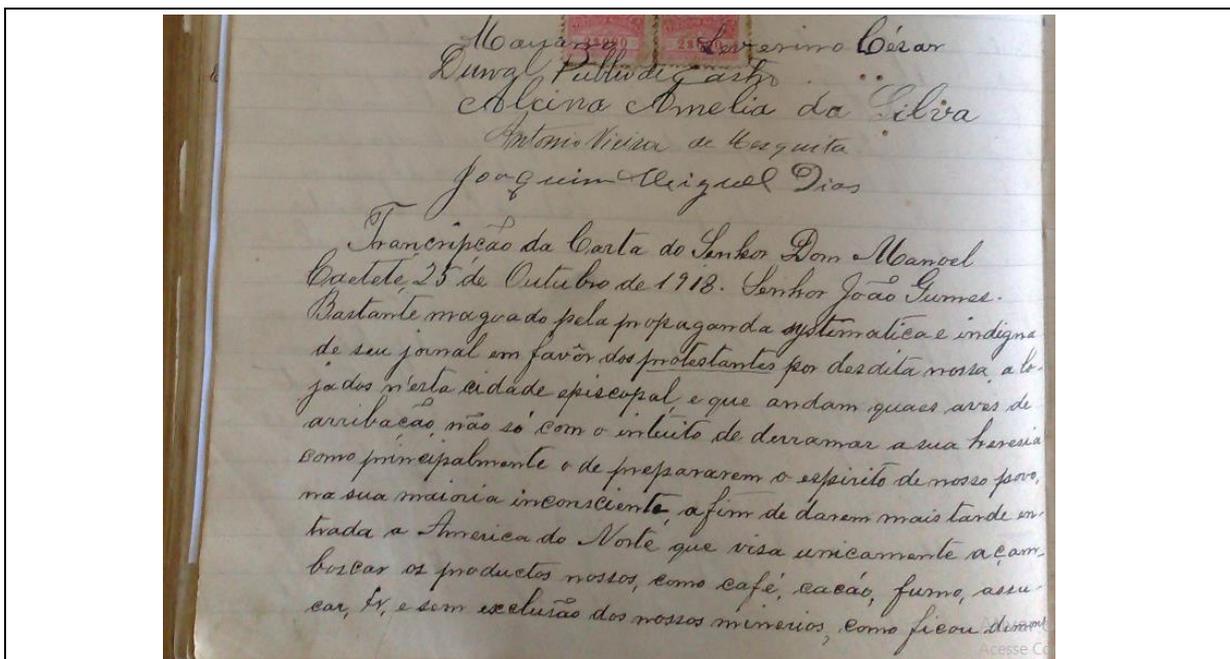


Figura 10: Escritura pública registada pelo Bispo de Caetité, Dom Manoel, contra João Gumes, 25 de outubro de 1918. Folha 01.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

Segundo Dom Manoel, as palavras de Gumes no *A Penna* eram destinadas a propagandear em favor das religiões que eram contrárias à doutrina católica dominante. As ideias de JG foram consideradas heréticas e diabólicas, responsáveis por dissuadir os sertanejos, “em sua maioria inconscientes”. Além disso, segundo o bispo, a propaganda protestante feita por Gumes traria como consequência para o Brasil grandes danos econômicos, uma vez que a América do Norte se utilizava do protestantismo para “açambarcar os produtos nossos, como café, cacau, fumo e açúcar (...)”.

A escritura pública da Igreja Católica contra João Gumes foi o início de uma relação muito conturbada, que levaria, futuramente, a excomunhão de toda família de JG. Claramente, havia no Alto Sertão da Bahia um gigantesco choque religioso, uma vez que, a partir dessa data, os escritos sobre o espiritismo no jornal *A Penna* se tornariam ainda mais comuns, contrariando os interesses religiosos, econômicos e políticos da Igreja Católica.

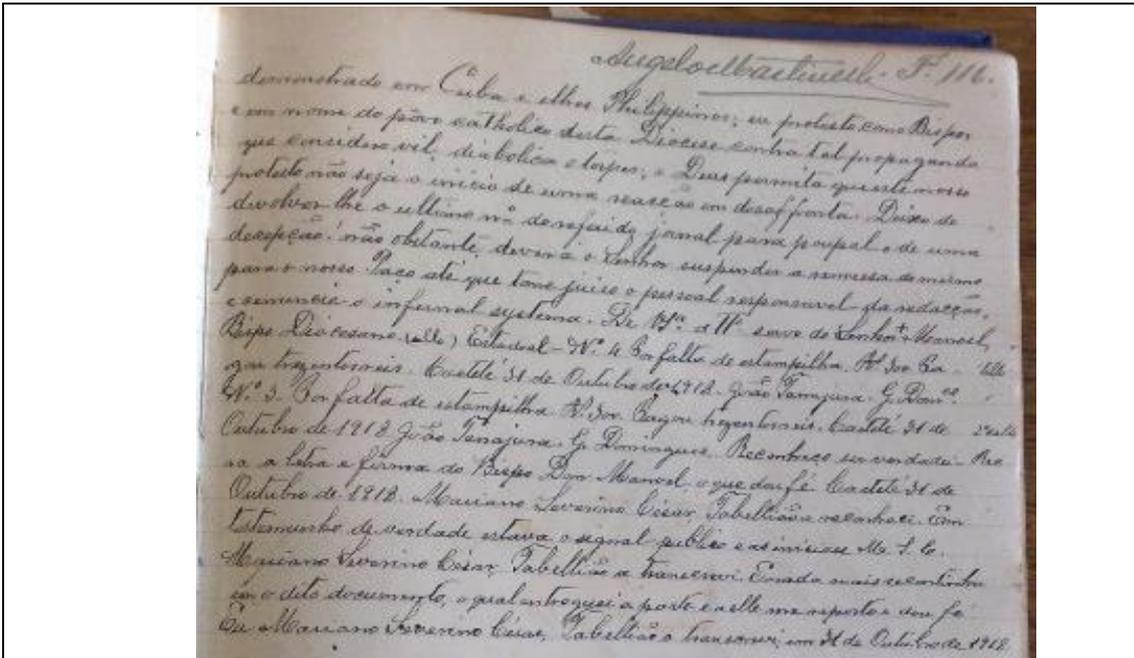


Figura 11: Escrita pública registada pelo Bispo de Caetité, Dom Manoel, contra João Gumes, 25 de outubro de 1918. Folha 02.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

O jornal *A Penna* surge em junho de 1897; antes disso, João Gumes já tinha iniciado suas produções no campo da literatura, o que fez com que ele produzisse representações sobre variados temas por mais de 30 anos, já que sua morte aconteceu em abril de 1930. Por isso, a obra de João Gumes é extremamente grande e complexa, com várias rupturas e permanências que representam a formação do Brasil do século XX, com ênfase na construção do Alto Sertão da Bahia na entrada da República.

Analisar em uma dissertação de mestrado todas as representações culturais do Alto Sertão da Bahia feitas por Gumes é impossível. Estudar a obra de JG parece ser uma tarefa inesgotável. Desse modo, ao sabermos do não acabamento das análises sobre João Gumes, faz-se necessário delimitarmos nosso *corpus* de estudo, definindo objetos claros e concisos. Nesse capítulo, objetivamos entender as representações de algumas práticas culturais do sertanejo, com foco na compreensão do cotidiano de homens e mulheres residentes em um meio cheio de adversidades; assim, foi analisado, principalmente, a culinária, o trabalho, as festas e as religiosidades, buscando a compreensão da simbologia cultural que está em volta dessas práticas.

5. JOÃO GUMES E O ENSINO DE HISTÓRIA

A revisão historiográfica proposta pela Escola dos Annales foi de fundamental importância para um novo entendimento acerca da história. Segundo Walter Benjamin (1985), em seu método anti-historicista, proposto em suas teses de análise cultural da história, a história precisa ser sempre revisada a contrapelo, ou seja, é necessária uma mudança de foco e de estrutura na história tradicional.

A história local surge como uma ferramenta de modificação da estrutura historiográfica. Revisar a história a contrapelo pressupõe modificar os polos da análise histórica e, para isso, a história local pode servir como modelo, uma vez que ela objetiva analisar os pormenores da história, partindo de uma visão micro para uma visão macro.

Referenciado por Bourdin (2001), que entende o “local” como lugar de sociabilidades e de múltiplas relações entre os sujeitos sociais, Cavalcanti (2018) diz que a análise da “dimensão do local” permite a compreensão das relações entre os sujeitos e suas estruturas, o que abre espaço para as discussões sobre as ações dos sujeitos frente aos seus espaços. O recorte espacial é definidor dos sujeitos que o pesquisador/professor pretende examinar, por isso localizar a história em espaços invisibilizados pela historiografia tradicional acolhe experiências de indivíduos outrora esquecidos no processo construtivo da história.

Bittencourt (2009) reconhece a importância da história do cotidiano e da história local dentro do ensino de história, conceitos que, segundo a autora, se encontram no ato de fazer pessoas comuns personagens relevantes dentro do processo histórico; além disso, o trabalho realizado por ela pela história do cotidiano - “dimensão historiográfica” (Barros, 2005) -, e pela história local - “campo de observação” (Barros, 2005) -, permite a compreensão de relações sociais que por muito tempo não estiveram presentes nas pesquisas históricas.

Análises históricas como as feitas por Carlo Ginzburg em *O Queijo e os Vermes* (1998) e por Maria Odília Leite da Silva Dias em *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* (1984) trouxeram para a produção historiográfica personagens, contextos, conceitos e locais esquecidos pelo método tradicional de produção da história. Para Bittencourt (2009), desde que não reproduza os

métodos de ensino tradicional, a utilização da história local para o ensino de história aproxima o aluno da disciplina e fomenta a configuração das identidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional, sobretudo por trabalhar ativamente com a questão da memória. As realidades dos alunos não podem ser esquecidas/omitidas no ato de educar.

Com o objetivo de construir uma análise pormenorizada da história passada nos livros didáticos e, ainda, trabalhar com a abordagem da história local no ensino de história do município de Caetité, estado da Bahia, este trabalho apresenta uma proposta para a utilização dos escritos de João Gumes como ferramenta para o ensino de história. Além disso, com a presente proposta, esperamos atender uma demanda da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que versa sobre a necessidade de observarmos as particularidades e especificidades do nosso tempo/espaço de trabalho. É obrigatório ao professor buscar alternativas para a aproximação do aluno ao seu objeto de conhecimento.

A história local surge com o objetivo de analisar os eventos históricos comumente excluídos da história tradicional. Essa abordagem histórica, diferentemente da história geral, considera múltiplos eventos e sociabilidades como formadores da história. A experiência do sujeito social é considerada importante para as construções históricas.

A história local parte de um ponto de vista pormenorizado em relação à história global, sem existir contraposição ou rivalidade entre tais histórias. Por isso, a ideia desse material didático em aliar a história local à história global, apresentada nos livros didáticos, solidificará o conhecimento histórico, relacionando-o ao cotidiano dos agentes envolvidos no processo educacional do município de Caetité.

As ideias de Rüsen (2001; 2007) e Freire (1996; 2011) referenciam essa proposta de trabalho no que diz respeito às necessidades de se desenvolver uma educação que vise a formação crítica e próxima da realidade dos alunos.

Para Freire (1996), o processo de ensino-aprendizagem não pode ser separado do cotidiano do aluno; ensinar exige respeito para com os saberes e as experiências individuais e coletivas dos sujeitos envolvidos no processo educacional. No ato de educar, a realidade do educando deve ser a base do processo. Tal exigência nos faz relacionar a teoria de Paulo Freire com a prática aplicada por ele mesmo na alfabetização dos trabalhadores de Angicos,

pequena cidade do Rio Grande do Norte; ali, a realidade dos alunos foi fundamental para o processo de alfabetização.

O objetivo final do ensino de história é alcançar o conhecimento histórico, conforme elucida Rüsen (2007). É de suma importância que a história ensinada nas escolas tenha significado na vida dos alunos e que aquele conteúdo histórico os auxilie no processo de entendimento da dinâmica social que está em sua volta. Geralmente, o ensino de história é transmitido para o aluno sem grandes significados em sua vida, uma vez que ele tem como principal tarefa decorar nomes e eventos “importantes” da história. O processo de Revolução Francesa se não ressignificado para a realidade do aluno, tende a ser esquecido e não analisado de uma maneira crítica, por exemplo.

É justamente por entender a necessidade de aproximar o ensino de história da realidade dos alunos do município de Caetité que se manifesta a justificativa da utilização dos escritos de João Gumes, intelectual caetiteense que, em seus escritos, representou inúmeros processos históricos do Brasil e do mundo. A história precisa ser um agente de aproximação entre o aluno e sua realidade social, não o contrário.

Assim, com o objetivo de cumprir com a proposta apresentada nessa produção, estruturamos nosso produto final da seguinte forma:

I) Disponibilizaremos em CD/Rom, em formato JPEG, um material de apresentação do homem e do escritor João Gumes, de modo que os docentes conheçam as obras deixadas pelo autor. Com esse material, buscamos facilitar o contato dos educadores com a figura de JG., aqui entendido como importante material didático para o ensino de história, este que precisa ser focalizado em abordagens locais, conforme defendido ao longo dessa pesquisa.

II) Também em CD/Rom, disponibilizaremos editoriais selecionados do jornal A Penna. Esperamos que os editoriais disponibilizados despertem nos educadores a curiosidade em conhecer o jornal e os outros escritos de João Gumes. Em um outro material, formato JPEG, forneceremos possibilidades de interseção entre os conteúdos programáticos de história do Ensino Médio e os escritos de João Gumes, de modo a materializar a

nossa proposta de oferecer uma perspectiva local para o ensino de história nas escolas do município de Caetité.

Na edição de 20 de novembro de 1901, João Gumes dedica parte de seu jornal aos benefícios proporcionados pela energia elétrica ao redor do mundo. Na seção *Pelo Mundo* – pequeno bloco de notícias internacionais - o autor traz os avanços que o mundo contemporâneo vem passando por conta da energia, destacando a importância da modernidade para a melhoria da humanidade. É evidente a possibilidade de relacionar esse editorial do *A Penna* a alguns conteúdos trabalhados na disciplina de história, como, por exemplo, a Revolução Industrial, o Positivismo e a Belle Époque, todos presentes no currículo de história no ensino médio. Caso o professor queira, as possibilidades de interseção entre os escritos de Gumes e o ensino de história são muito grandes.

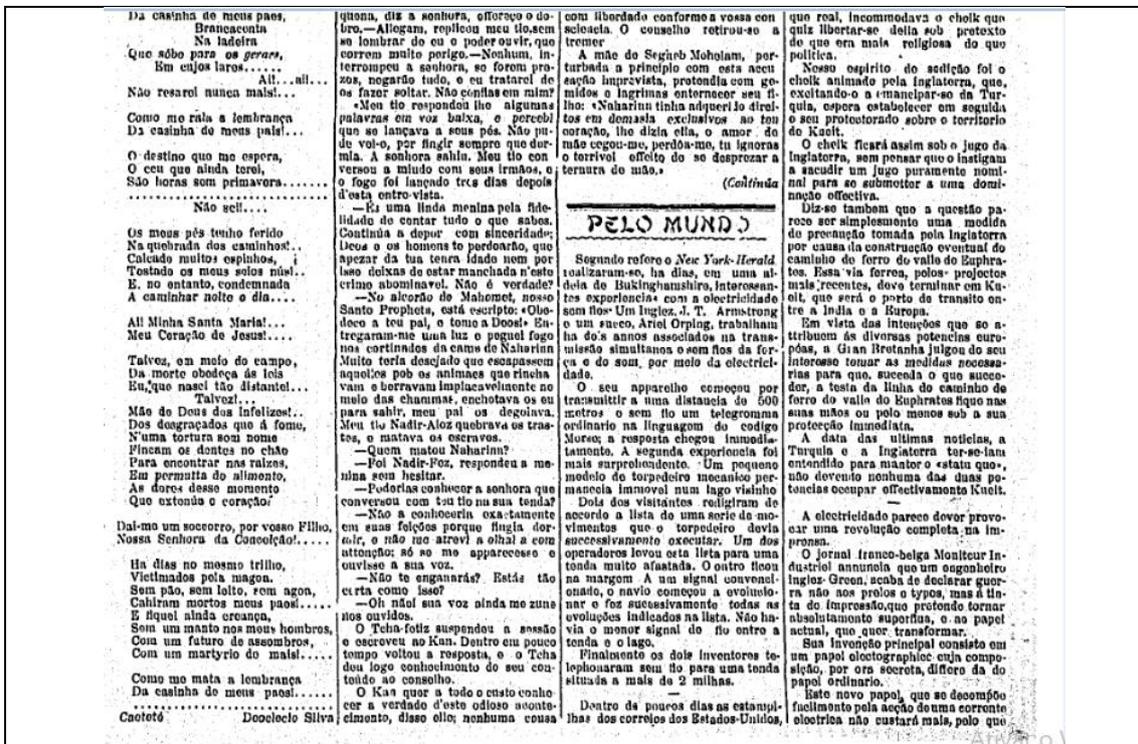


Figura 12: Jornal A Penna, 20 de novembro de 1901. Parte Final da folha 02. Seção Pelo Mundo.
 Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité

São duas notícias relacionadas ao avanço da energia elétrica o mundo. Abaixo, transcrevo as notícias para que o leitor consiga perceber de modo mais claro as representações feitas por Gumes desse avanço científico:

Segundo refere o New York Herald totalizaram-se, há dias, em uma aldeia de Bukinghatushire, interessantes experiências com a electricidade sem Illm^o Um Inglez J.T. Armstrong e um sueco, Ariel Orping, trabalham há dois annos associados na transmissão simultânea e em fios da força e do som por meio da electricidade.

O seu aparelho começou por transmittir a uma distância de 500 metros e sem fio um telegramma ordinário na linguagem do código Morse; a resposta chegou immediatamente. A segunda experiência foi mais surpreendente. Um pequeno modelo do torpedeiro mecânico permanecia imóvel num lugar visinho.

Dois dos visitantes redigiram de accordo a lista de uma série de movimentos que o torpedeiro devia sucessivamente executar. Um dos operadores levou esta lista para uma tenda muito afastada. O outro ficou na margem. A um signal convencionado, o navio começou a evolucionar e fez sucessivamente todas as evoluções indicadas na lista. Não havia o menor signal do fio entre a tenda e o lago.⁹¹

O trajecto de Londres a Manchester que foi onde a Inglaterra experimentou a locomotiva, vai também servir de experiência á electricidade aplicada á viação férrea. O percurso será feito em 18 minutos, ou seja, uma velocidade 280 kilometros por hora.

O frete Wastington se com o mais aperfeiçoado aparelho electrico permite parar o trem em 37 segundos. Calcula-se o transito em dezoito mil passageiros por dia.

A edição do dia 19 de novembro de 1925 do jornal *A Penna* traz, com muita alegria, uma notícia sobre a chegada do primeiro automóvel na cidade de Caetité. Segundo a matéria, os automóveis seriam “os portadores do progresso”, responsáveis por trazerem para o Alto Sertão da Bahia novas possibilidades de transporte, o encurtamento das distâncias, o “civilizamento” do povo e a prosperidade da região. As possibilidades de trabalho com esse editorial são muito grandes, principalmente com os conteúdos de história do 3º ano do ensino médio, responsáveis por analisar as mudanças e os contextos do Brasil e do mundo no século XX, marcado pelo intenso avançar das tecnologias. A chegada de um automóvel em Caetité e a festa realizada pelos munícipes podem ser fontes importantes e interessantes para a compreensão das mudanças do século XX nos Sertões da Bahia. O professor de história que se preocupa em alcançar os objetivos do ensino e uma aprendizagem significativa, numa relação direta com as realidades dos educandos, não pode excluir as abordagens da história local.

⁹¹ Jornal *A Penna*, 20 de novembro de 1901. Parte Final da folha 02. Seção Pelo Mundo.

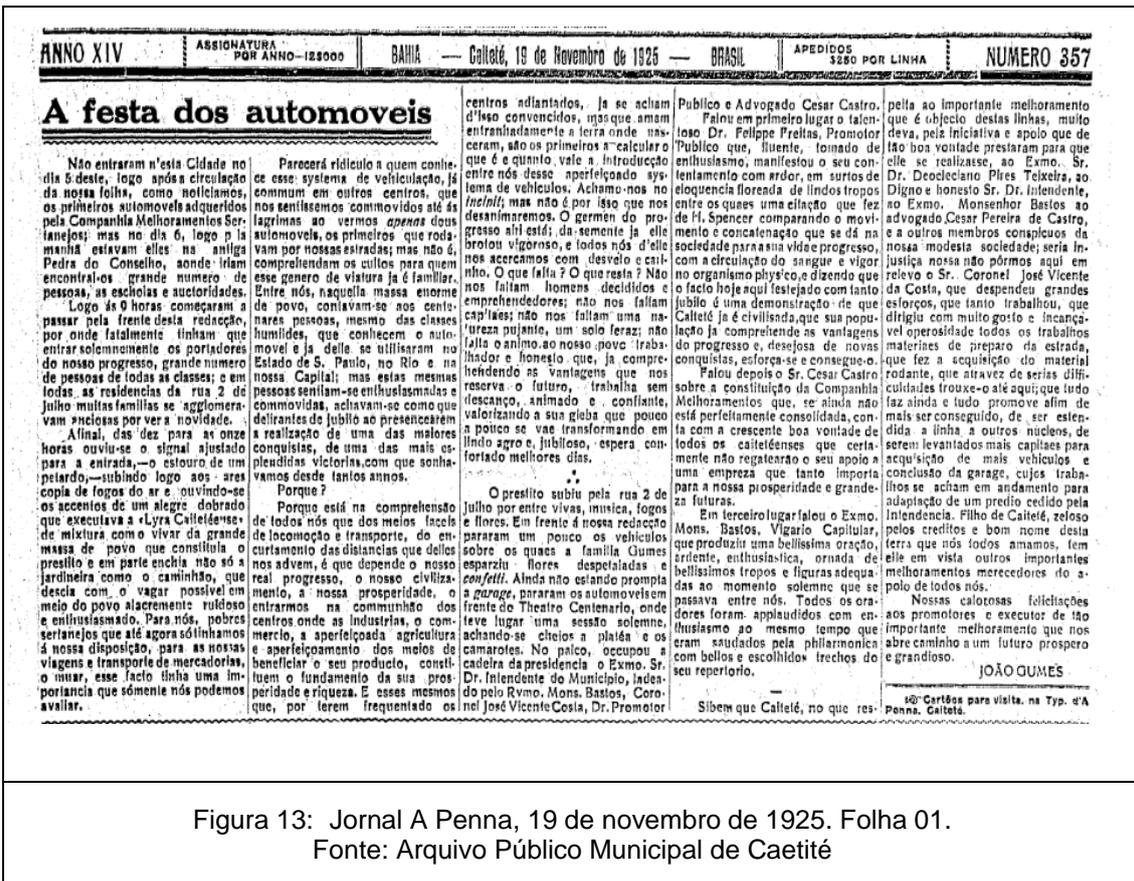


Figura 13: Jornal A Penna, 19 de novembro de 1925. Folha 01.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Caeté

Em *Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau (2008) questiona o lugar da “não história”, o cotidiano que sempre foi excluído da historiografia tradicional. Para o autor, também faz parte da história os sujeitos e os relatos excluídos do tradicionalismo vigente no positivismo, que insistia em considerar apenas os homens pertencentes a classes privilegiadas.

A história local, outrora “não história”, se apropria dessas discussões e toma seu espaço na historiografia e no ensino de história. A história local vai além da constante memorização de datas e contextos históricos; a história local quer formar sujeitos críticos de suas realidades e entendedores do seu espaço de vivência.

Outro fator a ser levado em conta no trato com a história local diz respeito às possibilidades que são abertas para a formação e consolidação de identidades. Em espaços excluídos dos considerados grandes centros urbanos, é constante a noção de não pertencimento dos sujeitos, estes que, geralmente, negam suas identidades e desconhecem suas realidades. Nesse espaço, Alto Sertão da Bahia, o ensino de história local tende a colocar os sujeitos frente às

suas realidades, discutindo os processos que marcam esse território como espaço de luta, de desenvolvimento e de história. O sujeito dentro de um processo educacional mais próximo da sua realidade entenderá a importância da sua existência e a importância do seu espaço territorial.

Por todas essas considerações, esperamos que, com a aplicação do material didático exposto acima, o ensino de história se consolide como um ensino dinâmico, voltado para perspectivas locais e, conseqüentemente, se aproxime dos sujeitos envolvidos no processo educacional. As fontes existentes deixadas por João Gumes nos auxiliarão na busca pelo conhecimento histórico e fornecerão a base para tentativa de construção de um novo paradigma no ensino de história no município de Caetité.

João Gumes é um ser histórico. A possibilidade de transformar os escritos de Gumes em material didático é uma tentativa de recolocá-lo em uma posição de representante dos processos históricos que marcaram Caetité, o Alto Sertão da Bahia, o Brasil e o mundo. Por tudo isso, reafirmamos a importância do intelectual caetiteense para a formação desse espaço sertanejo, repleto de sociabilidades e importante para construção do Brasil.

* * *

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições de João Gumes para a construção do seu espaço social são inestimáveis. As intensas transformações acontecidas no Alto Sertão da Bahia na passagem do século XIX para o século XX foram representadas pelo autor em suas diversas produções, entendidas aqui como importantes fontes de pesquisa. Reconstruir os processos sociais, econômicos e culturais dessa região é uma tarefa difícil para qualquer pesquisador, entretanto a análise das contribuições deixadas por JG é fundamental para o cumprimento desse objetivo.

Além de ser um exímio representante dos processos históricos que marcaram Caetitê e o Alto Sertão da Bahia, João Gumes torna-se sinônimo de luta, principalmente por se posicionar à frente do embate pela chegada do tão desejado progresso, que colocaria essa região em igualdade de condições aos grandes centros urbanos. Em sua obra, defendeu, por exemplo, a chegada da energia elétrica, da via férrea e de uma educação inclusiva e democrática, fatores que, segundo ele, seriam determinantes para o “civilizamento” do povo sertanejo.

Por outro lado, por vezes, algumas contradições podem ser facilmente visualizadas na obra de João Gumes. Por ter produzido durante um longo período, o autor participou de diferentes contextos históricos, estes que influenciaram grandiosamente os seus escritos; muito por isso, algumas faces de Gumes possuem incoerências conceituais que não podemos deixar de analisar, como suas noções sobre a “raça brasileira”, banhadas pelas teorias raciais do século XIX, mesmo sendo ele um sujeito contrário ao processo de escravização do negro.

Na presente produção, escolhi analisar três temas bastante recorrentes nas obras de João Gumes: a educação, a cultura e a sociedade. Por serem temas muitos amplos, os subtópicos cumprem o papel de direcionar minhas investigações. Destaco as visíveis interseções entre as temáticas, imbricadas em um conceito fundamental para as investigações da história social, o cotidiano.

O Alto Sertão possui uma importância singular na construção da Bahia e do Brasil. As sociabilidades existentes nesse espaço não podem ser esquecidas e devem ser sempre colocadas como fundamentais para a formação do povo e do espaço brasileiro. João Gumes, enquanto representante dessas sociabilidades e militante para o desenvolvimento dessa região, precisa ser notado pelos estudos que visam reconstruir todos esses processos. Aos futuros pesquisadores, ofereço aqui minhas contribuições sobre essa alma brilhante e, muitas vezes, contraditória.

Evidenciada a importância dos estudos de João Gumes, faz-se necessário aproximar esse produtor de conhecimento das redes atuais de produção do saber, por isso, além das investigações feitas sobre as obras do autor, ofereço um produto didático com grandes possibilidades de utilização no ensino básico. Os professores da rede básica de Caetité, principalmente os de história, terão em suas mãos um produto que facilitará o processo de aplicação dos estudos de Gumes no ensino da disciplina, com enfoque na utilização da história local, conceito que visa a aproximação do ensino de história à realidade dos alunos.

Assim, na presente dissertação, buscamos cumprir dois principais objetivos: 1) evidenciar o papel de João Gumes como sujeito representantes dos processos históricos que marcaram o Alto Sertão da Bahia e problematizar as representações deixadas por ele; 2) transformar a figura e os escritos de JG em um produto didático para o ensino de história no município de Caetité. A expectativa é a de que essa produção ofereça bons resultados acadêmicos e sociais.

7. LISTA DE FONTES:

a) Arquivo Público Municipal De Caetité (APMC)

JORNAL:

A PENNA

Ano: I a IX

Período: 1897-1930

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES - Caixa 01 (1878 – 1980)

Contrato de Criação da Penna – 1921

Registro de Assinantes da Penna - 1924

Biografia de João Gumes – 1970

ACERVO DA FAMÍLIA GUMES - Caixa 02 (1922 – 1970)

Manuscritos

Periódicos

Diversos

Folhetim

b) Impressas

LIVROS:

GUMES, João. Pelo Sertão: narrativas de costumes rurais do sertão baiano; 1927. Transcrição.

Gumes, João. Vida Campestre: narrativa dos costumes e hábitos dos lavradores do Alto Sertão Sul da Bahia, 1926.

Gumes, João. Os Analphabetos. Salvador: EDUNEB, 2014.

Gumes, João. O Sampauleiro: romance de costumes sertanejos. Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2018.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. Caetité – a terra, a cultura e sua gente: subsídio para a história local. Caetité: Gráfica e Papelaria Caetité, 1996.

SANTOS, Helena Lima. Caetité – Pequeninina e Ilustre – Brumado/BA: Gráfica e Editora Tribuna do Sertão, 1995, 2 ed.

REVISTA:

Revista do Instituto Geographico e Histórico da Bahia

Número 58

Por: Pedro Celestino da Silva

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

AGUIAR, Tereza Guanais. **Escola Normal de Caetité: menina dos olhos de Anísio Teixeira**. *Anísio - O Centenário*. Caetité, 12 jul. 2000.

ARISTÓTELES, De Anima. **Metafísica vols. I, II, III**, 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

BACURAU. Kléber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Brasil: Globo Filmes, CinemaScópio e SBS Productions, 2019. 132 min.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local: desafios, limites e possibilidades**. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.

BARROS, José D'Assunção, **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. São Paulo: 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). **A História Contada**. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

Costa, Antonio Luiz M. C. **Títulos de Nobreza e Hierarquias**: um guia sobre as graduações sociais na história / Antonio M. C. Costa. – São Paulo: Draco, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 (Biblioteca do Estudante).

REIS, Joseni Pereira Meira. **Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito**: o caso de João Gumes (Caetité-BA, 1897-1928). 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DARWIN, C. **A Origem das Espécies**. Hemus – Livraria Editora Ltda, São Paulo, SP.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea**. In: Projeto História: revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. nº 17. São Paulo: Educ, 1998.

COMTE, A. 1890. **Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité**. 3ème ed. 4 v. Paris : Larousse.

_____. 1895. **La philosophie positive d'Auguste Comte**, condensé par Miss Harriet Martineau. Paris: L. Bahl.

_____. 1990. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo : M. Fontes.

ESTRELA, E. S. **Os sampauleiros**: cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, Fapesp: Educ, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Noite**. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora FGV; Cpdoc, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Tradução de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HARAWAY, D. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas v.5, p.7-41, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: < seriesestatisticas.ibge.gov.br/ > acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LOMBROSO, Cesare (2010). **O homem criminoso**. Rio de Janeiro: Ícone Editora.

MAGGIE, Yvonne Maggie. **Medo do feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARX, Karl. **O Capital**. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATINS, Angela Maria Souza. **Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX**. In: Revista HISTEDBR On-line. 2009. Campinas - SP. ISBN: 1676 – 2584.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAXARA, Márcia. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional, 1870-1920**. 1991. 243f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs**. Sitienbus, Feira de Santana, nº 21, Jul/Dez. 1999.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **A norma dos bons costumes e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão baiano 1897 a 1930)**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. As relações raciais em Itapetininga. Apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo, Edusp, 1998. 248 páginas.

PINTO, Diego Raian Aguiar. O “átomo invisível” na defesa dos ideais de progresso e civilização: João Gumes, escritor cidadão. Monografia (Licenciatura em História). Caetité: UNEB/ DCH – Campus VI, 2017, 27p.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Hommes de Lettres na “Corte do Sertão”**: João Gumes e Escrita Social. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA – O GIRO LINGUÍSTICO E A HISTORIOGRAFIA: BALANÇO E PERSPECTIVAS, 6., 2012, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (ISBN: 978-85-288-0286-3).

PEREIRA, José Esteves. Positivismo e República. In: **REVISTA ESTUDOS FILOSÓFICOS**, 3., 2009, Versão Eletrônica. São João Del-Rei: 2009. (ISBN: 2177-2967).

RÜSEN, Jörn. Razão histórica – **Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História viva Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estatevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2007.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Légua tirana**: sociedade e economia no alto sertão baiano. Caetité, 1890-1920. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, em curso.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. rev. e. amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História da educação e política educacional**. In: SBHE (Org.). Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001.

SAVIANI, D. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÉRGIO, Antonio. **A propósito dos “ensaios políticos” de Spencer**. In: Obras completas. Ensaios. Tomo II. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980. p.147-163.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVÃO, Waldir. **Memórias de um professor**. Caetité: Etera, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. (1976). **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA; Olinda Maria. **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.